



VERDE-OLIVA

Exército Brasileiro

BRÁSILIA-DF • Ano XXXV • Nº 198 • JUL/AGO/SET 2008 CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

- A Liderança na formação dos Oficiais Combatentes de Carreira
- Ação de Comando Continuada
- Aspectos Humanos do Duque de Caxias

Quem precisa
de dinheiro quer
**EMPRÉSTIMO
SIMPLES.**

**EMPRÉSTIMO
SIMPLES DA FHE:
É DINHEIRO
NA MÃO!**

Confira outras
novidades, no site
fhe.org.br

MAIS INFORMAÇÕES:
0800 61 3040

NOVAS
TAXAS DE
JUROS E
EM ATÉ
60 MESES

LIBERAÇÃO
SUPER-RÁPIDA

SEM
TARIFAS
EXTRAS

PRAZOS	PARTICIPANTES DO FAM	NÃO PARTICIPANTES DO FAM
01 a 06 meses	1,39% a. m.	1,43% a. m.
07 a 12 meses	1,49% a. m.	1,57% a. m.
13 a 24 meses	1,64% a. m.	1,69% a. m.
25 a 36 meses	1,68% a. m.	1,76% a. m.
37 a 48 meses	1,74% a. m.	1,79% a. m.
49 a 60 meses	1,77% a. m.	1,80% a. m.

Para militares, pensionistas e servidores civis das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, funcionários do Banco do Brasil e conveniados.

Para contratar o Empréstimo Simples, procure um de nossos Escritórios Regionais ou Postos de Atendimento e fale com um dos atendentes. Se preferir, faça a contratação nos terminais de Auto-atendimento.



EDITORIAL

VERDE-OLIVA – Ano XXXV – Nº 198 – Jul/Ago/Set 2008



NOSSA CAPA
Guarda-Bandeira da AMAN
Foto: Sgt Jocimar/AMAN

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEx)

• Chefe do CCOMSEx:

Gen Div **Adhemar** da Costa Machado Filho

• Subchefe do CCOMSEx:

Cel Art QEMA Carlos **Chagas** dos Santos

• Chefe de Produção e Divulgação:

Cel Art QEMA Fernando José Soares da **Cunha Mattos**

CONSELHO EDITORIAL

Cel QMB QEMA Eduardo Arnaud **Cypriano**

Cel Art QEMA Fernando José Soares da **Cunha Mattos**

Cel R/1 **Jefferson** dos Santos Motta

SUPERVISÃO TÉCNICA

Cel R/1 **Jefferson** dos Santos Motta

REDAÇÃO

Ten Cel Art QEMA Ricardo Piai **Carmona**

Cap QCO **Regina** Célia de Souza **Lemos Barros**

ST **Ernando** Corrêa Pereira

PROJETO GRÁFICO

1º Ten QAO Adm G Osmar **Leão** Rodrigues

1º Ten QAO Topo Carlos Alberto Ramos de **Morais**

1º Ten OTT **Aline** Sanchotene Alves

ST Inf **Pallemberg** Pinto de Aguiar

COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército

IMPRESSÃO

GRÁFICA EDITORA PALLOTTI

Av. Plínio Brasil Milano, 2145 – Passo D'Areia

90520-003 – Porto Alegre-RS

Fone: (51) 3021-5001

TIRAGEM

30.000 exemplares • Circulação dirigida

(no País e no exterior)

FOTOGRAFIAS

Arquivo CCOMSEx

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria José dos Santos Oliveira – RP/DF/MS 3199

PERIODICIDADE

Trimestral

É permitida a reprodução de artigos, desde que citada a fonte, exceto das matérias que contiverem indicação em contrário.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel-General do Exército – Bloco B – Térreo

70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-6514 • Fax: (61) 3415-4399

verdeoliva@exercito.gov.br

Disponível em PDF

www.exercito.gov.br

Caros leitores,

Dando seqüência à nossa programação editorial de 2008, tenho a satisfação de entregar-lhes a 198ª edição da nossa Revista Verde-Oliva. Para isso, os integrantes do Centro de Comunicação Social do Exército e nossos colaboradores prepararam uma revista para oferecer uma leitura agradável e informativa sobre o Exército Brasileiro, suas atividades e sua história.

Abordamos inicialmente a liderança na formação dos oficiais combatentes de carreira na Academia Militar das Agulhas Negras, onde se forja os líderes do futuro. E apresentamos uma interessante matéria do General **Alberto Cardoso**, intitulada “A Ação de Comando Continuada”, quando se trata das peculiaridades do exercício da chefia em nosso Exército.

No campo histórico, divulgamos um interessante artigo sobre os traços humanos do Duque de **Caxias**, evidenciando aspectos singulares de nosso Patrono que merecem ser rememorados, da mesma forma que mostramos os valores que são cultuados pelo combatente brasileiro durante o preparo e o adestramento da Força Terrestre.

O 47º Batalhão de Infantaria, sediado em Coxim (MS), como integrante da Força de Ação Rápida Regional do Comando Militar do Oeste, apresenta as atividades da Organização Militar em defesa do Pantanal. Bem como a participação dos Centros Preparatórios de Oficiais da Reserva na história do Brasil é relatada pelo Conselho Nacional de Oficiais R/2 (CNOR), órgão que congrega inúmeros cidadãos que se orgulham de haver integrado as fileiras do Exército Brasileiro.

Um interessante artigo do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx) mostra que através de uma alimentação balanceada e uma atividade física constante, podemos obter uma vida bem mais saudável.

Na área de ensino, destacamos a participação bem sucedida da aluna **Thafne**, do Colégio Militar de Curitiba, no quadro televisivo “Soletrando 2008”.

A presença constante e eficaz do Exército Brasileiro na mudança da nova Capital para Brasília, é descrita com muita sapiência pelo pioneiro e historiador **Adilson Vasconcelos**.

O nosso Exército, através do 7º Depósito de Suprimento, está realizando um importante trabalho junto à Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque, de modo a integrar e instruir crianças carentes de Recife-PE junto à cultura e à arte da música.

A mão amiga também se faz presente no desenvolvimento nacional através da integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, empregando a nobre e pioneira Engenharia de Construção do Exército Brasileiro.

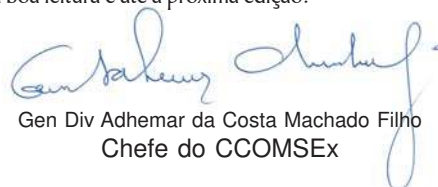
O Dia Internacional dos *Peacekeepers* das Nações Unidas homenageou todos os homens e mulheres que serviram ou continuam servindo em Operações de Manutenção da Paz. O Brasil se faz presente desde 1957 no Oriente Médio, até os dias atuais no Haiti, contribuindo sobremaneira para a paz mundial, além de projetar positivamente o nosso País no cenário externo.

No campo turístico, relatamos a exuberância dos fortes de Pernambuco, que conservam a nossa história e o nosso mais rico patrimônio cultural, enaltecendo o esforço de nossos antepassados na defesa das regiões costeiras do Brasil.

O relato do professor **Francisco Carlos**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre a presença do Exército Brasileiro na Amazônia, permite visualizar a importância da atuação da Força Terrestre na garantia da soberania e das riquezas naturais dessa estratégica e prioritária Região, destacando o valor de nossos militares e familiares na inclusão social e educacional daquela população.

Não podíamos deixar de destacar os feitos do Tenente-Coronel **Luiz Cruls**, que desbravou o Planalto Central do Brasil no século XIX, como Chefe da Comissão de Estudos da Nova Capital da União. É o reconhecimento por seu idealismo e devoção na mudança da capital, efetivada no século seguinte.

Por fim, desejamos uma boa leitura e até a próxima edição!


Gen Div Adhemar da Costa Machado Filho
Chefe do CCOMSEx

SUMÁRIO



6 A Liderança na formação dos Oficiais Combatentes de Carreira



11 Ação de Comando Continuada



13 Aspectos Humanos do Duque de Caxias



17 Nossas OM: 47º Batalhão de Infantaria



20 Preparo e Adestramento



22 Militares bem formados e preocupados com o destino de seu País



25 Bases Fisiológicas e Nutricionais para a Saúde e o Desempenho Físico



29 Projeto Soletrando



30 O Exército Brasileiro e Brasília



34 A Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque



37 A Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional



40 O Dia Internacional dos “Peacekeepers” das Nações Unidas



43 Os Fortes de Pernambuco



47 Amazônia: conhecendo o Brasil



50 Personagem da Nossa História – Luiz Cruls

Para saber mais visite a página eletrônica: www.exercito.gov.br



“Gostaria de parabenizá-los pela excelente entrevista com o Cel R/I Manoel Soriano Neto, na edição 195, sobre a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Nos permite ter uma ampla visão sobre as condições que levaram D. João VI a mudar-se para o nosso país, em 1808. Tenho 17 anos e estou cursando o ensino médio. Os professores sempre nos passam a imagem de um rei medroso e incapaz de governar. Graças à Revista Verde-Oliva foi possível mudar a minha visão.”

*Ana Carolina Néri
Bebedouro-SP*

“Prezados senhores,

Como militar da reserva do Exército, 2º Ten Inf Zarins (formado pelo NPOR do então 28º BIB – turma de 1994), parabenizo-os pela brilhante reportagem sobre o bicentenário do Marechal Osório.

A leitura da Revista Verde-Oliva além de aprazível, nos garante a atualização de assuntos relativos ao nosso Exército.”

“Podemos escolher o que semear, mas somos obrigados a colher aquilo o que plantamos.” (provérbio chinês)

*Alfredo Zarins Neto
Campinas/SP*

“Meu nome é Rafael Augusto, tenho 16 anos, estou cursando o ensino médio e tenho grande interesse em seguir a carreira militar. Também gostaria de saber de que maneira o Exército Brasileiro contribui com o Meio Ambiente.”

Atenciosamente,

*Rafael Augusto Pereira Soares
Bebedouro-SP*

“Somos uma jovem entidade sem fins lucrativos (Associação Comunitária Família Cristã Família Cidadã), uma ONG voltada para vários projetos, entre eles a educação, principalmente através da formação do conhecimento.

Recebemos várias publicações, entre elas a SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, Revista do Brasil.

Um exemplar da Revista Verde-Oliva chegou-nos através de Assessoria Parlamentar, e ficamos impressionados com a qualidade gráfica e o nível dos artigos nela publicados. Gostaríamos de recebê-la também.”

Abraço Fraterno,

*Vital Caló Filho
Cosmópolis-SP*

“É com enorme satisfação que leio a Revista Verde-Oliva e me atualizo dos avanços tecnológicos e sociais que nossas Forças Armadas vêm desenvolvendo tanto no Brasil como no exterior. Em Missões de Paz, em Exercícios Combinados como Charrua, Albacora, Garantia da Lei e da Ordem, dentre outros que poderia citar. Destarte, ficou muito bom o material disponibilizado no portal do Exército Brasileiro da Revista Verde-Oliva em pdf. Parabenizo a todos deste Órgão ao qual tenho muito apreço.

Aproveito a oportunidade para enviar-lhe protesto de elevada estima e distinta consideração.”

*Josias Pedro
Porto Feliz-SP*

*A Revista Verde-Oliva agradece as inúmeras mensagens de incentivo de nossos leitores e continua na expectativa de sugestões, críticas e toda participação que venha aperfeiçoar o nosso trabalho. Obrigado,
Equipe da revista Verde-Oliva.*

A Liderança na Formação dos Oficiais Combatentes de Carreira

“A guerra é uma arte toda de execução e do que o Exército precisa é de oficiais aptos ao serviço, oficiais robustos, enérgicos, conhecedores da profissão, convictos de sua missão como oficiais de verdade”

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque



Casa do Trem (Rio de Janeiro-RJ)

Com a chegada do Príncipe Regente **D. João** e sua Corte ao Brasil, em 1808, nova fase de desenvolvimento teve início no Brasil Colônia. Entre as iniciativas levadas a bom termo pelo Regente, destaca-se a criação, na Casa do Trem, atual Museu Histórico Nacional, da Academia Real Militar, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A Escola, criada por **D. João**, iniciou seu funcionamento em 23 de abril de 1811, data considerada como a do aniversário da AMAN.

Entre 1812 e 1913, profundas modificações ocorreram, foram criados e extintos estabelecimentos de ensino para a formação de oficiais, até todos serem unificados na Escola Militar do Realengo.

Em 1931, o Coronel **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, então Comandante da Escola Militar, idealizou a transferência da sede para Resende, RJ, buscando maior espaço físico e melhor localização geoestratégica. Em 1938, iniciou-se a construção, que culminou em 1944, com a abertura dos portões da Escola Militar de Resende. Em 23 de abril de 1951, passou a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras, concretizando a aspiração do seu idealizador.

A Academia prepara-se para comemorar, no ano de 2011, o seu bicentenário. Nesses quase dois séculos de



Academia Militar das Agulhas Negras – (Resende-RJ)

existência, as escolas de formação de oficiais combatentes de carreira, do Exército da Coroa, do Império e da República sofreram expressivas evoluções para a realização dos objetivos, inclusive com mudança de suas sedes e denominações. As conjunturas, nacional e internacional, impuseram atualizações no conteúdo programático. A infra-estrutura escolar, os uniformes, equipamentos e meios em geral experimentaram substanciais alterações. Permaneceram imaculados, contudo, os valores centrais, lídimos referenciais imutáveis da Instituição, que têm norteado a conduta de gerações de oficiais.

Destaca-se, neste artigo, a liderança, um compósito de atributos da área afetiva, cuja forja, nas escolas de formação de oficiais, desde 1811, tem moldado profissionais resolutamente comprometidos com os valores maiores do Exército e da Nação. Essa forja sempre constituiu ponto forte em nossas escolas de formação de oficiais e hoje, aproveitando-se a rica experiência acumulada, ela é sistematizada, como narrado a seguir.

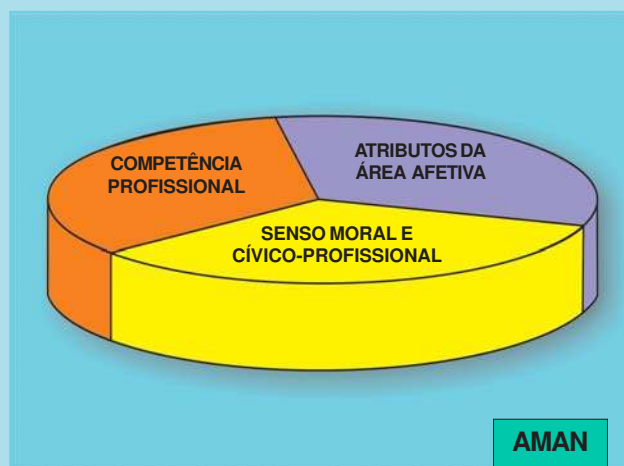
A FORMAÇÃO INTEGRAL DO OFICIAL COMBATENTE DE CARREIRA

Durante quatro anos de estudos, em regime de internato, os cadetes da AMAN freqüentam um curso de

formação de nível superior que lhes irá proporcionar a obtenção de adequada competência profissional, a aquisição de senso moral e cívico-profissional e o desenvolvimento de atributos da área afetiva fundamentais para o exercício da liderança militar.

A obtenção de adequada competência profissional inclui a aquisição de conhecimentos e de capacidades.

Os conhecimentos estão situados em duas vertentes e são obtidos por intermédio de um grupo de disciplinas denominado Ciências Militares.



Na primeira vertente, encontram-se conhecimentos transmitidos pelas disciplinas a cargo da Divisão de Ensino (Div Ens) e que possibilitarão ao futuro oficial acompanhar, entender e participar da evolução do mundo em que vive, nos seus diversos aspectos (político, econômico, psicossocial e tecnológico). Além disso, fornece-lhe fundamentos importantes para o exercício imediato da profissão militar, pois o cadete estuda disciplinas das ciências exatas, sociais e humanas.

Na segunda vertente, estão os conhecimentos militares propriamente ditos, que formarão o alicerce profissional que possibilitará ao futuro oficial exercer, nas diversas Organizações Militares da Força Terrestre, as funções inerentes ao tenente e ao capitão não-aperfeiçoado das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico. Tais conhecimentos, de aplicação direta no combate e na vida diária dos quartéis, estão organizados em disciplinas que também integram as Ciências Militares. O Corpo de Cadetes (CC) é responsável pela condução desse ensino.

Paralelamente à aquisição de conhecimentos, o cadete adquire determinadas capacidades sem as quais não terá um desempenho profissional adequado. Estas capacidades são de dois tipos: físicas e mentais.

Entre as físicas pontuam a aptidão física, a resistência à fadiga e a rusticidade. As duas primeiras são desenvolvidas, preponderantemente, por meio do treinamento físico militar (TFM) e a última, por intermédio dos exercícios de campanha e treinamentos assemelhados, conduzidos com a imitação do combate, sempre que possível.

Entre as mentais, destacam-se o raciocínio lógico, o bom senso, a resistência à fadiga mental e a comunicabilidade. Na obtenção das três primeiras capacidades, diversas disciplinas estudadas na Academia têm importante participação. No desenvolvimento da comunicação eficaz, ressalta a importância do estudo da língua portuguesa, dos idiomas estrangeiros e da oratória.

Os oficiais formados na AMAN diferenciam-se uns dos outros no quesito competência profissional porque adquirem, durante a formação, conhecimentos específicos a cada Arma, Serviço e Quadro.

Entretanto, a ação educativa que se desenvolve na AMAN não se limita a orientar os cadetes para que obtenham adequada competência profissional. Deseja-se, também, levá-los à aquisição de senso moral e cívico-profissional, porque o Estado, entendido como a nação politicamente organizada, colocará, futuramente, nas mãos dos oficiais, os meios coercitivos mais poderosos de que dispõe, para serem aplicados na defesa de seus legítimos interesses nacionais. Além disso, durante toda a vida, como oficiais, lidarão com pessoas, que deverão ser respeitadas, e com bens que deverão ser preservados.

Portanto, é necessária uma especial atenção e um dedicado cuidado com a formação moral e cívico-profissional dos cadetes. O Exército precisa de oficiais íntegros, convictos da necessidade da honra, da honestidade, do respeito, da lealdade, do senso de justiça e da disciplina, além de serem patriotas e bons camaradas. Devem, ainda, possuir capacidade para cooperar no desenvolvimento do espírito de corpo das unidades onde forem servir.

Se o esforço dedicado pela Academia, para conduzir os cadetes à aquisição de competência profissional e à aceitação de valores, é vital para formação dos futuros oficiais, não menos importantes são as ações executadas para neles desenvolver, de forma sistemática, certos atributos que lhes facilitarão estabelecer sólidos laços de liderança com os integrantes dos grupos militares que comandarão. Desses atributos destacam-se: adaptabilidade, autoconfiança, coerência, cooperação, coragem, criatividade, decisão, dedicação, entusiasmo, equilíbrio emocional, iniciativa, persistência e responsabilidade.

Vê-se, portanto, que a Escola marcou objetivos educacionais em três áreas: cognitiva, psicomotora e afetiva. Isso é feito para que se possa desenvolver a capacidade de liderança dos cadetes, futuros oficiais combatentes.

Entendida a formação integral, acompanhe – no próximo item – como a liderança é estudada, vivenciada e desenvolvida na AMAN.

A FORJA DO LÍDER NA AMAN

Três pilares ancoram a forja do líder na AMAN.



Dessa forma, o aprendizado, a prática e o desenvolvimento da liderança são conduzidos neste Estabelecimento de Ensino por meio do(a):

a. Cumprimento de ordens

Gravada no pátio de formatura mais tradicional da AMAN, o Pátio Tenente Moura, a frase imortalizada pelo Marechal **José Pessoa** “Cadete, ides comandar, aprendei a obedecer” cristaliza um dos pilares fundamentais da

profissão militar: a disciplina. Coerentemente, existe uma gradativa evolução, na cadeia de comando, que vai do cadete do 1º ano, que executa as atividades típicas da praça mais moderna, até o cadete do 4º ano, que assume responsabilidades similares às de um oficial subalterno.



Valores e conhecimentos forjam o futuro oficial

b. Experiência pessoal/institucional

Por meio de atividades programadas, criam-se oportunidades nas quais é possível exercitar o comando, em patamares crescentes de responsabilidade, trocar informações e experiências entre os próprios cadetes e entre estes e outros segmentos da sociedade. Tais atividades, supervisionadas por profissionais selecionados, são realizadas no interior ou fora das organizações militares e proporcionam desenvolvimento pessoal e profissional ao futuro oficial, além de prestar apoio à comunidade civil.

c. Participação em eventos profissional-militares

O futuro oficial, em diversas oportunidades, exerce funções de comando na subunidade e participa da formação dos cadetes mais modernos, como auxiliar nas instruções e nos exercícios no terreno.

Além disso, durante a realização do Estágio Preparatório nos Corpos de Tropa (EPCT), o cadete do 4º ano se desloca para diversas organizações militares do País, onde, por meio de prática controlada, familiariza-se com o cotidiano de um quartel e com as funções e atribuições de um oficial subalterno.

d. Valores anímicos

Tais valores são os presentes na alma do oficial. A AMAN, em seus ritos e no culto às suas tradições e símbolos – como a réplica em miniatura da espada invicta de Caxias (o Espadim) –, internaliza nos seus cadetes os valores

imutáveis da Instituição, como a busca pelo aprimoramento técnico-profissional, a fé na missão do Exército, o amor à profissão, o espírito de corpo, o patriotismo e o civismo.

e. Canal informal

Durante a execução das diversas atividades do cotidiano acadêmico, como serviço de escala, auxiliar do comandante de pelotão de cadetes, opção profissional e preparação para estágios e jornadas no terreno, surgem oportunidades para que os cadetes mais antigos façam a transmissão de experiências e ensinamentos, fortalecendo-se, assim, o canal de comando entre os cadetes, o que facilita e prepara para o exercício de liderança em futuro próximo.

f. Autodesenvolvimento

O ensino também objetiva criar, no futuro oficial, o hábito da busca constante do conhecimento. Algumas ferramentas, como o Trabalho de Conclusão de Curso e o Programa de Leitura, estimulam a pesquisa e o crescimento individual. A observação crítica sobre oficiais e graduados, também é suporte ao autodesenvolvimento, pois eles deverão ser modelos de conduta e referenciais para os cadetes.

g. Ensino formal

Um dos sustentáculos da liderança militar, em todos os níveis, é o conhecimento profissional. A fim de instrumentalizar o futuro oficial, são ministradas pelos professores da Divisão de Ensino e pelos instrutores do Corpo de Cadetes disciplinas como, por exemplo, História Militar, Comunicação Social, Filosofia, Psicologia, Liderança Militar e Oratória. O Plano Anual de Conferências, com a participação de palestrantes civis e militares de renome nacional, inclui subsídios valiosos aos futuros oficiais. Dessa forma, o fenômeno da liderança é estudado, com base científica e mediante o debate de casos históricos selecionados.

h. O Projeto Liderança

Nos quatro anos de formação, o cadete desenvolve, progressivamente, a capacidade de liderar frações de sua Arma, Quadro ou Serviço. As ferramentas e ações necessárias a esse desenvolvimento estão sistematizadas no Projeto Liderança, objeto de próximo item.

O PROJETO LIDERANÇA

Com o objetivo de sistematizar e facilitar a conquista dos objetivos da área afetiva, desenvolve-se o Projeto Liderança da AMAN, coordenado pela Seção de Doutrina e Liderança do Corpo de Cadetes.

O projeto prevê o emprego de diversas “ferramentas”, que possibilitam atingir os objetivos previstos.

São elas:

- o oficial que serve na Academia precisa atuar como educador e ser um permanente bom exemplo para o cadete;
- as disciplinas ministradas pelos professores da Divisão de Ensino colaboram na formação da competência profissional, além de desenvolverem atributos importantes



para a liderança, como a comunicabilidade, a dedicação e a persistência, entre outros;

- as disciplinas ministradas pelos instrutores do Corpo de Cadetes contêm os conhecimentos que o futuro oficial utilizará na Instrução Militar da tropa e empregará em situações de combate e que têm um enorme potencial como desenvolvedoras de inúmeros atributos;

- o Programa de Desenvolvimento da Capacidade de Comando (PDCC) identifica as situações nas quais o cadete exerce o comando durante sua formação e orienta o procedimento dos oficiais instrutores e professores;

- o Programa de Desenvolvimento do Caráter Militar no Cadete (PDCM) forja valores militares fundamentais;

- o Programa dos Grupos de Influência, concebido para os oficiais professores e instrutores, principalmente aqueles que exercem o comando de subunidades e pelotões/seções, conheçam as virtudes, deficiências e problemas apresentados pelos cadetes a eles subordinados;

- o Programa de Desenvolvimento de Atributos da Área Afetiva por Intermédio da Equitação, que aproveita o potencial dessa disciplina como agente capaz de causar mudanças no temperamento do indivíduo, tornando-o mais corajoso, autoconfiante e equilibrado emocionalmente; e

- a disciplina Liderança Militar, devidamente contextualizada e integrada à Psicologia, à Filosofia, à História Militar e ao Português / Oratória, que transmite ao cadete os conhecimentos fundamentais sobre esse fenômeno.

Atualmente, está em gestação o Subprojeto Lutas, que aproveitará a disciplina de mesmo nome como ferramenta do Projeto Liderança.

Entre os diversos cadernos de instrução utilizados como fontes de consulta que amparam a formação da capacidade de liderança dos futuros oficiais, merece destaque o denominado “Resistência às Drogas”. Elaborado por uma equipe multidisciplinar, esse documento obteve a atenção da mídia e teve um de seus capítulos publicado por inteiro na revista Inteligência, da Fundação Getúlio Vargas. Ele orienta o cadete sobre as drogas e seus efeitos sobre o

organismo, mas também mostra a ligação delas com o crime organizado no Brasil e no mundo, além de prescrever uma série de medidas para evitar a entrada de drogas ilícitas no quartel e no seio da família militar.

CONCLUSÃO

A AMAN, como estabelecimento de ensino superior militar, é herdeira de uma tradição bicentenária na formação do oficial subalterno e do capitão não-aperfeiçoado e, com os olhos postos no futuro, inicia a formação do chefe militar. Durante esse largo período, perpassando as mudanças que transformaram a história do país e do mundo, a Academia Militar permaneceu imutável na forja dos valores cultuados pelo Exército Brasileiro. Assim como no passado, impulsionada pela projeção do Exército no Século XXI e além, a AMAN desenvolve mudanças organizacionais, melhorias em suas instalações e avanços no ensino, conservando, entretanto, seus valores originais, coerentemente com o legado de seu idealizador, o Marechal **José Pessoa**.

Nesse contexto, o Projeto Liderança tornou-se um fator para a manutenção da continuidade do desempenho operacional eficiente e moderno, aliado aos valores tão caros à Instituição. A profunda preocupação com a formação do líder e com os instrumentos utilizados nesse desafio consubstancia o reconhecimento ao Marechal **José Pessoa**, que legou ao ensino de formação um verdadeiro tesouro em favor da Força Terrestre, representado no cadete de Agulhas Negras. Esse esforço bicentenário permite que o futuro oficial do Exército Brasileiro sintetize os valores transmitidos pelas Escolas Militares de todos os tempos, que **“Ser Cadete é cultivar a Verdade, a Lealdade, a Probidade e a Responsabilidade”**. (

Mais informações acesse: www.aman.ensino.eb.br



Entrega de Espadins na AMAN

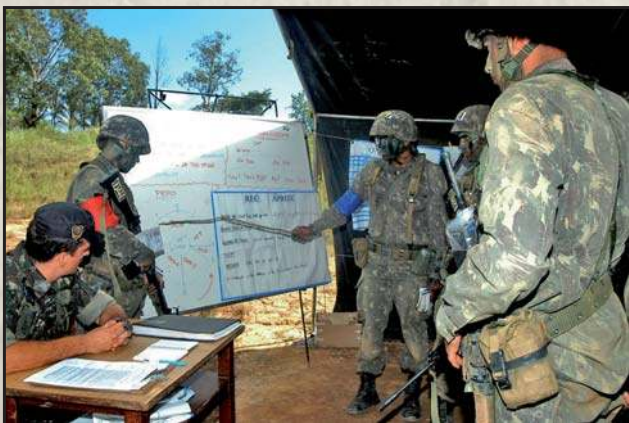
Ação de Comando Continuada

Gen **Alberto Cardoso**

O exercício da chefia no Exército Brasileiro tem peculiaridades que advêm da sua própria cultura, construída e consolidada ao longo dos mais de três séculos e meio que medeiam desde as guerras de expulsão dos invasores até os dias atuais. Como toda cultura coletiva, a nossa vem tendo seus padrões adaptados aos “tempos novos” percorridos pela formação da nacionalidade, porém com o notável cuidado dos nossos antecessores em nos manter coerentes com o que a Nação sempre esperou de nós.

Em grandes linhas, o povo brasileiro estimulou a edificação de um exército com os seguintes padrões culturais indutores das atitudes e balizadores dos comportamentos de seus membros:

- | | |
|-----------------------|---------------------|
| • ENCAIXE NO ESTADO | • ESPÍRITO DE CORPO |
| • LIBERDADE | • DISCIPLINA |
| • DIGNIDADE DA PESSOA | • HIERARQUIA |
| • DEMOCRACIA | • ORDEM |
| • FAMÍLIA | • RESPONSABILIDADE |
| • PATRIOTISMO | • RIGOR |
| • NACIONALISMO | • AUSTERIDADE |
| • SOBERANIA | • SOBRIEDADE |
| • TRADIÇÃO | • DISCRICÃO |
| • VERDADE | • CORAGEM |
| • HONRADEZ | • ALTIVEZ |
| • LISURA | • BRIO PESSOAL |
| • CAMARADAGEM | • AUTOCONFIANÇA |



É dever do Comandante da Patrulha sanar as dúvidas de seus comandados para que eles não cometam erros que possam comprometer o êxito da missão.



A Ordem Unida é o exercício da disciplina, do cumprimento de ordens e do respeito à hierarquia. É momento importante em que o Comandante comanda, corrige e orienta.

Cada um desses vinte e seis atributos mereceria pelo menos um parágrafo de comentários, mas nosso tema e espaço nos obrigam a aplicar o foco nos conceitos denotados por disciplina, hierarquia, ordem, responsabilidade, rigor e camaradagem. Não podemos, todavia, deixar de mencionar que, do conjunto de padrões culturais, emergem os valores morais que serão a base de avaliação, pela rigorosa ética militar, dos comportamentos de natureza moral.

Independentemente das culturas das organizações, qualquer processo de gestão, do mais complexo ao mais simples, impõe uma seqüência de atividades que podem ser sintetizadas na conhecida expressão planejar-executar-controlar-intervir. Não há escapatória: a boa administração requer ações nesses quatro campos, seja o gestor centralizador ou não.

Exemplos bem familiares a nós são as operações de blindados, essencialmente descentralizadas. Justamente por essa característica, o planejamento é o mais centralizado possível, a finalidade da manobra é exaustivamente detalhada para todos os executantes, as delegações de autoridade decisória são amplas, mas, em contrapartida, todas as medidas adequadas de controle da execução são estabelecidas e rigorosamente atendidas. E, como em quaisquer operações militares, se o controle ou as informações da linha de frente o indicarem, haverá a intervenção do comandante no combate.

Esse exemplo é expressão da doutrina colocada em prática e conhecida por todos os presentes na campanha ou na batalha. Tal conhecimento da doutrina, no entanto, não basta. É necessário o rigoroso cumprimento das ordens de operações ou, na ausência natural de previsão para situações imponderáveis, é esperado o comportamento estritamente de acordo com a finalidade da missão. Essa disciplina assegura a unidade de comando, princípio de guerra que transforma elementos de manobra e de apoio em sistemas de combate.

Os hábitos e costumes praticados nos campos de batalha – que garantem a segurança, o apoio mútuo, a coordenação das ações, a confiança recíproca, o respeito ao vencido, a altivez na derrota, o enfrentamento do risco, o domínio coletivo do medo, o arrostamento dos desafios, o orgulho da pertinência ao grupo – se estendem para os períodos de paz e, em ciclo virtuoso, se fortalecem e passam a fazer parte da natureza dos militares. Na preparação diuturna para a guerra (para evitá-la, por meio da dissuasão), incorporamos aqueles hábitos e costumes e os transformamos em atitudes interiorizadas profundamente.

Assim se vão formando nossos padrões culturais e valores morais. Camaradagem, espírito de corpo, disciplina, rigor no cumprimento e na implantação das ordens, respeito à hierarquia e responsabilidade, entendida como a boa predisposição para responder pelos resultados da execução dos deveres e atribuições, são alguns deles. Da dosagem sensata e ética do seu conjunto compõe-se o caldo de cultura facilitador das relações funcionais e interpessoais, horizontal e verticalmente.

Entretanto, a ação de comando não se pode fiar apenas nesse ambiente de confiança, que tende a criar uma interpretação errada do jargão “ordem dada; ordem cumprida”, como se a sua emissão bastasse por si mesma. O sentido correto é que as ordens têm de ser cumpridas e é dever de quem as emite assegurar-se de que o foram, não obstante o retorno dado pelo subordinado. Isso não é absolutamente falta de confiança, pois, ao receber uma ordem para cumprir, o subordinado está, adredemente, sendo alvo da confiança do chefe.

Trata-se – como vimos parágrafos atrás – de controlar; o que é um dever do gestor, do chefe, do diretor e do comandante. Controlar, para elogiar, para prestigiar, para corrigir, para evitar males maiores. A fiscalização do trabalho



A ordem tem de ser cumprida e é dever de quem a emite assegurar-se de que o foi.

do subordinado, longe de ser uma pressão, é um incentivo, quando feita dentro dos cânones de respeito à espontaneidade, à iniciativa e à individualidade dos processos de ação.

Na atividade militar do dia-a-dia, o controle é exercido por meio da ação de comando continuada, que não se extingue no instante da emissão da ordem, e deve constar dos hábitos do chefe. Faz parte da ação de comando a presença na instrução, no interior do quartel ou no campo; nas atividades mais sensíveis; nas mais significativas para a construção do espírito-de-corpo; nas de maior risco; nas que mais exijam esforço dos subordinados; nas potencialmente comprometedoras da capacidade destes; nas práticas esportivas coletivas; enfim, em todas as oportunidades surgidas ou criadas propositalmente.

A orientação dos mais jovens, o aconselhamento pessoal, a visita às famílias e a solidariedade nas dificuldades se incluem na ação de comando. Como também é ação de comando percorrer o rancho das praças; ir à enfermaria conversar com os baixados; verificar a situação dos presos no xadrez; impor a disciplina; ser justo e equânime.

É ação de comando ser austero consigo; ser sóbrio nos momentos necessários e descontraído nos possíveis; ser camarada sem promiscuidade; conquistar confiança e demonstrar querer confiar; servir de exemplo.

Dessa forma, o chefe torna-se onipresente para seus comandados. Sua presença se faz sentida. Quando ausente, faz falta; assim, estará “presente”. Se fisicamente afastado, os subordinados saberão que estará onde sua presença era mais necessária; estará sendo lembrado e, portanto, “presente”. Sua ação de comando não terá intermitência, nem o acatamento de suas diretrizes, normas e ordens.

Tudo sem qualquer tipo de compromisso com a popularidade diante dos subordinados e superiores. A solene e maior obrigação é com as responsabilidades do cargo. Agindo de maneira sempre coerente com elas é possível que se torne popular, mas muito mais importante do que isso é a certeza de que estará trilhando o caminho reto da conquista da confiança e do respeito dos mesmos subordinados e superiores e se impondo pela ação de comando continuada. Sempre de acordo com os padrões da cultura do Exército e com os valores morais dela derivados.

Não existe outra maneira de assegurar que o alinhamento decisão-ordem-execução conduza aos resultados almejados. (

Osorio como Soldado segundo **Conrado Niemeyer**

“Quando precisava montava a cavalo; então acudia a diversos pontos para verificar se suas determinações estavam executadas. Gostava de ver e examinar tudo.

Ouvia-se um tiro, mandava indagar o que havia. Mas se o emissário demorava, lá ia em pessoa informar-se. Incansavelmente visitava os acampamentos, os hospitais, tudo.”

(Extraído do Livro: General Osorio “O Maior Herói e Líder Popular Brasileiro – Bicentenário)

Autor: Cel R/1 **Cláudio Moreira Bento**

Aspectos Humanos do Duque de CAXIAS

Manoel Soriano Neto

Coronel da Reserva, Historiador Militar,
ex-Chefe do Centro de Documentação do Exército.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito já se disse a respeito do **Duque de Caxias**. Entretanto, traços humanos personalíssimos e aspectos singulares da edificante existência do ínclito Soldado merecem ser rememorados. Assim, apresentaremos alguns registros, dignos de nota, relativos ao Homem – **Caxias**; à sua audácia nos campos de batalha; ao resgate de sua memória e às principais homenagens que lhe foram tributadas. Tal é o objetivo dessas despretensiosas achegas, alinhavadas em apertada e incompleta síntese.

O HOMEM – CAXIAS

a. **Luiz Alves de Lima e Silva** pautou a sua vida pela inteireza de caráter, arrojo, acendrado patriotismo, fervorosa religiosidade e inexcedível exaço no cumprimento do dever.

Caxias possuía estatura acima da média para a sua época (quando trasladado, em 1949, para o Panteão em frente ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, na Ata de Exumação constou que o esqueleto media 1,72m); de compleição atarracada, ombros largos, olhos castanhos, cabelos castanho-alourados, tez clara e rosada, voz suave, sisudo, garboso, austero, de hábitos morigerados, rigorosíssimo no cumprimento do dever, porém humano, saudável, apesar de padecer de uma malária contraída no Maranhão, que lhe causava a inchaço do fígado; era orgulhoso de sua formação militar, corajoso, determinado, sedizente fatalista, o que também explica a sua invulgar temeridade, maçom dedicado, pai extremoso e “cristão de fé robusta”.

b. O Coronel **José de Lima Carneiro da Silva**, neto de **Caxias**, entrevistado, aos 83 anos, pela revista “Nação Armada” (nº 23, Out 1941), disse em certo trecho



Duque de Caxias

da entrevista: “O Duque, após o passamento da Duquesa, jamais tirou o luto, mesmo em casa. Era, entretanto, alegre e se alimentava bem, preferindo à mesa, pratos da culinária gaúcha. Apesar de fluminense, o Rio Grande do Sul era a sua menina dos olhos. A toda hora falava das suas coisas, dos seus homens e tinha mesmo um certo sotaque de riograndense do sul. A música encantava-o, como velhas mazurcas e valsas, tocadas ao piano por sua comadre **Maria José**, que ele ouvia em silêncio, fumando grandes e perfumados charutos. Era um inveterado fumante de charutos, consumindo vários por dia.”

c. Caxias trouxe do Paraguai, três cavalos: “Moleque”, “Douradinho” e “Aedo”. Um dos biógrafos do Duque, o Dr. **Vilhena de Moraes**, nos dá conta da seguinte reminiscência: “Ao fogueiro ‘Douradinho’, da ponte de Itororó, **Caxias**, já velho e enfermo, costumava melhorar a ração na data do aniversário daquele combate (6 de dezembro)”...

d. Quando da concessão da anistia aos vencidos, ao término da Revolução Farroupilha, aflorou, sobejamente, o sentimento de generosidade do “Pacificador”. Ele concedeu a liberdade aos cativos farroupilhas, incorporando os que assim desejassem ao Exército Imperial, e tratou com extrema bondade os derrotados, sendo escolhido, pelos próprios gaúchos, para Presidente da Província e por eles indicado para Senador pelo RGS. Não apenas por isso, o saudoso jornalista e acadêmico **Barbosa Lima Sobrinho**, concedeu-lhe a notável honorificência de “Patrono da Anistia” e o eminente historiador militar, Coronel **Cláudio Moreira Bento**, o cognominou de “Pioneiro Abolicionista”.



Batalha do Avaí (de Pedro Américo)

e. Ainda com referência à grandeza de espírito de **Caxias**, observe-se, em seu Testamento, como está expressa uma de suas vontades: “Declaro que deixo ao meu criado **Luiz Alves**, quatrocentos mil réis e toda a roupa de meu uso”. Diga-se que esse criado era um índio que ele trouxera, ainda jovem, do Maranhão, após a Balaiada, adotando-o e dando-lhe o próprio nome; ressalte-se que ele foi a primeira pessoa lembrada, no dito

Testamento, no qual, somente ao depois, são mencionados familiares e amigos íntimos do venerando Marechal...

f. Seria despidendo falar-se do exacerbado patriotismo do **Duque de Caxias**. Mas gostaríamos de encerrar essas breves considerações atinentes à figura humana desse exponencial personagem de nossa História, lembrando um trecho de uma carta por ele escrita ao **Visconde do Rio Branco**, ao tempo da “Questão Christie”, de dolorosa memória, e que bem evidencia o seu acrisolado amor ao Brasil: “Não se pode ser súdito de nação fraca. Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu País, de um insulto tão atroz”.

A AUDÁCIA DE CAXIAS NOS CAMPOS DE BATALHA

a. A intrepidez de **Caxias** revelou-se em inúmeros episódios, nos quais o intemorato Comandante não se furtou a correr o “risco calculado”. A sorte, entretanto, sempre o acompanhou nos momentos de alta periculosidade. É que ele “tinha estrela”, tanto que a “grande estrela de Caxias” apareceu com fulgurante brilho, nos céus do Rio Grande do Sul, quando de uma de suas ofensivas noturnas contra os farroupilhas (era, na realidade, o cometa “Brilhante”), a respeito da qual dizia **Caxias**, em tom zombeteiro, mas alimentando, com sagacidade, a credence popular em torno de sua pessoa: “É, eu nasci na Vila de Estrela, no Rio de Janeiro”...

b. **Caxias** era, de fato, extremamente arrojado, como se pode constatar em várias oportunidades de seu historial castrense, desde Tenente a General. Notável foi a sua valentia na Guerra da Independência e na Campanha da Cisplatina, tendo o jovem Tenente e Capitão recebido encomiásticas referências por sua coragem e desprendimento. Saliente-se, outrossim, a sua ousadia, quando do combate de Santa Luzia (MG); no reconhecimento, em 1852, do porto de Buenos Aires e, máxime, na Guerra do Paraguai. Quando do maior conflito bélico de que participamos, o Generalíssimo executou audaciosas manobras como a de envolvimento e cerco, em conjunto com a Marinha, e que redundou na queda da “inexpugnável” Fortaleza de Humaitá; como a “marcha de flanco” empreendida pelos nossos três Corpos de Exército através de uma estrada, de cerca de 11 km, construída sobre o Grão-Chaco e as operações da “Dezembrada”, no começo das quais se travou a memorável batalha de Itororó. No fragor dessa refrega, o **Marquês de Caxias**, aos 65 anos de idade, parte em direção à ponte sobre o arroio Itororó, sabre em punho e a galope de carga, após bradar: “Sigam-me os que forem brasileiros!” (consigne-se que o marcial apelo do Comandante-em-Chefe era tão-somente anímico, ao sentimento de brasilidade, posto que apenas tropas brasileiras participaram da batalha).

O MEMORÁVEL RESGATE DA MEMÓRIA DO DUQUE

a. Quando da trasladação dos restos mortais de **Caxias** e de sua esposa, em 25 de agosto de 1949, para o “Pantheon Militar”, defronte ao hoje Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ocorreu um fato histórico singular, muito pouco lembrado, infelizmente. É que, naquela data, se deu o definitivo resgate da memória do Duque de **Caxias**, que tantos e tamanhos serviços prestara à Pátria Brasileira, na paz e na guerra. Mas tal resgate foi apenas um magnífico epílogo de um justo desagravo e da recuperação da imagem do Duque, o que já vinha ocorrendo, especialmente a partir de 1923, como adiante faremos referência.

b. **Caxias** morreu, no ano de 1880, triste e magoado. A tristeza se devia ao falecimento, em 1874, de sua amantíssima esposa, tendo ele usado luto completo, desde então até morrer, seis anos depois. Três pungentes mágoas o afligiram no final da vida e diziam respeito ao Imperador, à Maçonaria e à Igreja Católica.

O Duque encontrava-se agastado com o Imperador, desde quando concedera, com a relutância de D. **Pedro II**, em 1875, a anistia aos Bispos de Pernambuco e do Pará, solucionando, de forma magnânima, a chamada “questão religiosa”. Após o retorno de uma longa viagem à Europa, o Monarca destituiu o Gabinete Conservador, presidido por **Caxias**, nomeando um outro, com membros do Partido Liberal. O velho Soldado, assaz desgostoso, recolheu-se à Fazenda Santa Mônica, de propriedade de uma de suas filhas, onde viria a falecer, em 8 de maio de 1880, afastando-se, definitivamente, da vida pública.

O Decreto de anistia aos Bispos nunca foi aceito pela Maçonaria. O **Visconde do Rio Branco**, Grão-Mestre da Ordem, solicitou demissão do Conselho de Ministros, a fim de não assinar o dito Decreto, rompendo com o seu grande amigo **Caxias**, “Irmão que se tornou altamente impopular entre os da Arte Real”, pelo que o Marechal deixou de frequentá-la.



*Cândido Mariano da
Silva Rondon –
Marechal Rondon*

Ademais, a Igreja Católica exigiu que o Duque, provento e doente, cumprisse os ditames de uma bula papal e abjurasse a Maçonaria. Como ele não obedeceu àquela determinação religiosa, foi expulso, por ser “maçon pestilento”, da Irmandade da Cruz dos Militares, da qual fôra Provedor...

Acrescente-se que a figura de **Caxias**, desde os últimos anos da Monarquia, vinha sofrendo duras críticas, desferidas por profíctos do Positivismo. Os positivistas, que tiveram decisiva participação na proclamação da República, eram pacifistas e, por isso, menosprezavam os gloriosos feitos marciais do Império, dos quais o nosso “Soldado-Maior” foi o expoente máximo.

c. Porém, naquele agosto de 1949, toda a Nação Brasileira reparou as injustiças e ingratidões perpetradas contra o Duque, quando do traslado de seus despojos e os da Duquesa. A histórica Solenidade cívico-militar, presidida pelo Presidente da República, Marechal **Eurico Gaspar Dutra**, revestiu-se de superlativo brilhantismo, sendo o presidente da Comissão de Trasladação, o Dr. **Nereu Ramos**, Vice-Presidente da República, que era um fiel maçom. Membros da Família Imperial Brasileira e o **Marechal Rondon**, tradicional positivista, estiveram presentes à cerimônia, que se encerrou com um monumental desfile militar. Aduza-se que a Igreja Católica velou os restos mortais de **Caxias** e os de dona **Ana Luíza**, na Igreja da Irmandade da Cruz dos Militares, que o havia expulso, em 1876, sendo concelebrada uma Missa por 18 Bispos e Arcebispos, de todos os rincões brasileiros, presenciada pelo Cardeal do Rio de Janeiro, Dom **Jaime de Barros Câmara**. E mais: houve um dobre de sinos, em todas as igrejas católicas do Brasil, na hora da trasladação....

Destarte, em 25 de agosto de 1949, ocorreu, de fato, uma memorável reparação histórica da altaneira imagem de um dos maiores filhos desta Pátria, o **Duque de Caxias**.



*José Maria da
Silva Paranhos –
Visconde do Rio
Branco*

PRINCIPAIS HOMENAGENS TRIBUTADAS A CAXIAS

a. **Caxias**, “Nume Tutelar da Nacionalidade”, foi tudo! Marechal do Exército, Conselheiro de Estado e da Guerra, Barão, Conde, Marquês, Duque, Presidente e Pacificador de Províncias, Senador (pelo RS), Deputado (pelo Maranhão, eleito, mas não empossado), três vezes Ministro da Guerra e três vezes Presidente do Conselho de Ministros! E o Brasil soube reconhecer os beneméritos serviços por ele prestados à Pátria – “nossa Mãe-Comum”. Por esses “brasis” existem incontáveis monumentos, logradouros públicos, escolas, etc, que ostentam o augusto nome do maior vulto militar da História do Brasil. Dentre essas honrarias, sobrepõem-se as denominações de duas importantes cidades: a de “**Duque de Caxias**”, no Rio de Janeiro, e “Caxias do Sul”, no Rio Grande do Sul (diga-se, por ilustrativo, que a cidade de Caxias, no Maranhão, onde o então Coronel **Luiz Alves** venceu o último foco dos rebeldes, quando da “Balaiada”, deu origem ao seu primeiro título nobiliárquico - o de Barão de Caxias).

b. **Caxias** foi instituído, no ano das festividades do duocentenário de seu nascimento, mediante a Lei nº 10.641, de 28 de janeiro de 2003, “Herói da Pátria”. Por isso, o nome do Herói foi inscrito no “Livro dos Heróis da Pátria” (é um grande livro de aço que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília), por ocasião de bela cerimônia ocorrida em frente ao Quartel-General do Exército, na Capital Federal.

c. No Exército Brasileiro, a impoluta memória de **Caxias** começou a ser reabilitada de um semi-anonimato (ao qual foi relegada pelo sectarismo positivista-republicano), em 1923, pelo Ministro da Guerra, General **Setembrino de Carvalho**. Ele instituiu, pelo Aviso nº 443, de 25 de agosto de 1923, a “Festa de Caxias”. Posteriormente, por meio do Aviso nº 366, de 11 de agosto de 1925, o mesmo Ministro criou o “Dia do Soldado”, também a ser comemorado na data natalícia do Duque. Naquele ano de 1925, sob o influxo das diretrizes do Ministro da Guerra, a Turma de Aspirantes-a-Oficial da Escola Militar do Realengo escolheu a denominação histórica de “Turma Duque de Caxias” (aliás, a Turma de 1962, da Academia Militar das Agulhas Negras, à qual pertence o atual Comandante do Exército, General-de-Exército **Enzo Martins Peri**, também ostenta, com muita ufania, a denominação de “Turma Duque de Caxias”).

Outro momento histórico de grande relevância no enaltecimento de Caxias, pela Força Terrestre, se deu por ocasião do comando do então Coronel **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, na Escola Militar do Realengo (1931/4). Este militar, de elevadíssimos méritos, implantou, naquela Escola, várias místicas alusivas a nosso glorioso passado, sendo as maiores delas a instituição do

título de “Cadete”, para os então alunos da Escola, e a criação do espadim, réplica do invencível sabre do “Condestável do Império” e “Unificador da Pátria”.

O Duque de **Caxias** foi proclamado “Patrono do Exército”, consoante o Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962.

O glorioso e invicto Exército do qual ele é Patrono, possui as seguintes Organizações Militares que exibem o seu venerável nome, com indescritível orgulho, em suas denominações históricas: “Forte Duque de Caxias”, no Rio de Janeiro (RJ); “Batalhão Barão de Caxias”, que é o 24º Batalhão de Caçadores, de São Luís (MA); “Grupo Conde de Caxias”, que é o 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, de Caxias do Sul (RS); “Companhia Praça Forte de Caxias”, que é a 13ª Companhia de Comunicações, de São Gabriel (RS) e o “Batalhão Duque de Caxias”, que é o Batalhão da Guarda Presidencial, de Brasília (DF).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Impende lembrar, por derradeiro, neste breve esboço referente a aspectos pouco lembrados da mui grandiosa gesta e da personalidade do Duque de Caxias, de que certa e recerta é a intemporalidade das inúmeras lições que ele nos legou!

Finalmente, desejaríamos trazer à lembrança, como corolário de tudo o que até aqui foi expandido, uma expressão, – “caxias” –, cunhada pelo saudoso e emérito sociólogo **Gilberto Freyre**, que bem retrata o caráter adamantino e as peregrinas virtudes de nosso insigne “Soldado e Pacificador”. Tal expressão, uma metáfora caída na consagração popular, bem caracteriza aqueles que cumprem, integral e rigorosamente, os seus deveres. Disse Gilberto Freyre: “Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares, mas de virtudes cívicas, comuns a militares e civis. Os ‘caxias’ devem ser tanto paisanos como militares. O caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele”... (



Forte Duque de Caxias

Nossas OM: O 47º BI

UM POUCO DE HISTÓRIA

Criado pelo Decreto nº 76.570, de 07 de novembro de 1975, e efetivamente implantado em 01 de janeiro de 1976, o 47º Batalhão de Infantaria (47º BI), sediado em Coxim (MS), teve como núcleo formador a 3ª Companhia de Fuzileiros do 42º Batalhão de Infantaria Motorizado (Goiânia-GO); o qual surgiu por transformação do 10º Batalhão de Caçadores.

Em 24 de julho de 2000, o 47º BI tornou-se Força de Ação Rápida Regional (FAR) do Comando Militar do Oeste. Cinco anos depois, passou a integrar a força de contingenciamento do Comando Militar do Oeste (FOCON).

Em abril de 2006, foi escolhido para ser a base do 6º Contingente da Força de Paz da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Em dezembro do mesmo ano, um efetivo de 176 militares embarcou para a missão, retornando em maio de 2007 com a satisfação do dever cumprido.

A Unidade comemora seu aniversário em 29 de junho. Há tempos, ela trabalha num projeto que tem por objetivo oficializar seu Estandarte Histórico. Este será uma homenagem do Batalhão à cidade de Coxim e, a partir da sua aprovação e publicação pelo Centro de Documentação do Exército, a Unidade passará a se chamar “Batalhão Cidade de Coxim – o Guerreiro Pantaneiro”.



Vista aérea do 47º BI



MISSÃO

A missão do 47º BI é garantir a soberania e a segurança nacional na área de sua jurisdição e, subsidiariamente, atuar em parceria com órgãos públicos das áreas social e de saúde.

Como Força de Ação Rápida, a Organização Militar tem como objetivo específico possibilitar ao Exército uma pronta resposta às situações em que a rapidez e a oportunidade constituam fatores preponderantes para o emprego da tropa, nas ações de defesa interna e de garantia da Lei e da Ordem em qualquer parte da Área Estratégica em que está localizada (CMO) e, eventualmente, em qualquer ponto do território nacional.

INSTRUÇÃO

A instrução militar do Batalhão é voltada para a formação e o adestramento do homem no combate em ambiente de pantanal e cerrado. Para isso, realiza estágios de adaptação para os militares recém-chegados, marchas, exercícios inopinados e treinamentos de adestramento com técnicas especiais.

A GUARNIÇÃO

A Guarnição Militar de Coxim possui uma área de 6.410,4 km², está distante 257 km da capital Campo Grande e possui cerca de 32.000 habitantes, segundo censo do IBGE de 2007. Ela tem uma diferença de uma hora a menos em relação ao fuso-horário de Brasília. Conta com uma rede de ensino fundamental, médio e universitário de bom nível, porém, apresenta um sistema de saúde com várias restrições.

ALGUMAS DAS RECENTES ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na área combatente

1) EBCFAR

O Estágio Básico de Combatentes de Força de Ação Rápida (EBCFAR) é realizado pelos soldados do Efetivo Variável após o término da Fase de Qualificação dos



Instrução do Pelotão de Operações Especiais

soldados. O encerramento do exercício culmina com a entrega da boina verde-oliva aos recrutas.

2) Pedido de Cooperação de Instrução

O Batalhão realiza seu adestramento no ambiente do pantanal na região de Corumbá. O Pedido de Cooperação de Instrução (PCI) é conduzido pelo 17º Batalhão de Fronteira (17º B Fron), que aplica exercício e dissemina conhecimentos voltados para o emprego da tropa nesse tipo de terreno.

3) Estágio de Operações no Pantanal

Estágio para oficiais e sargentos, reconhecido pelo Comando de Operações Terrestres e aplicado pelo 17º B Fron, que tem por objetivo qualificar militares para o emprego em operações na região do pantanal.

4) Exercícios de Grande Comando

a) SABRE – Exercício de combate simulado para adestramento do comando de Organização Militar e seu Estado-Maior.

b) SISTAB – Exercício de combate simulado para adestramento dos comandos de Brigada no qual o 47º BI participa como peça de manobra.



Área de estacionamento de viaturas no acampamento

c) OPERAÇÃO PANTANAL – Foi realizada na região de Ponta Porã (MS) e envolveu tropas e viaturas de diversas Organizações Militares do Comando Militar do Oeste (CMO), Brigada de Operações Especiais e Centro de Instrução de Guerra Eletrônica. Também a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira estiveram presentes. O Batalhão participou como Direção-Geral do Exercício, Força Oponente aos comandos combinados e no papel de observador e avaliador de conduta. Para tal, deslocou seu Estado-Maior, a base de sua Companhia de Comando e Apoio e duas Companhias de Fuzileiros.

d) OPERAÇÃO CADEADO – Operação realizada na faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso. O 47º BI montou sua Base de Combate no município de Pontes e Lacerda e atuou com uma Companhia de Fuzileiros na região de Vila Bela da Santíssima Trindade e com outra em Comodoro. A operação, além do emprego de tropas do Exército, teve a participação de elementos de diversos órgãos de segurança pública, de fiscalização ambiental e do trabalho.



Operação Pantanal



Instrução Especial



Atendimento odontológico em ACISO

NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O 47º BI busca, constantemente, uma efetiva integração com a comunidade por meio de diversas ações de comunicação social. Entre essas, a edição bimestral do jornal “O Guerreiro Pantaneiro”, periódico que busca oferecer mais informações para a população coxinense das atividades desenvolvidas pelos militares da Unidade.

Também trabalha por veicular *spots* da Força Terrestre, disponibilizados via portal eletrônico do exército, nas rádios locais; onde também divulga o programa radiofônico “Exército em Destaque”, produzido pelo CMO.

Outras atividades, como as Ações Cívico-Sociais (ACISO), são uma constante da Unidade. Periodicamente, as comunidades menos favorecidas da região que abriga o 47º BI recebem atendimentos médico-odontológicos e outros serviços, além de alimentos, brinquedos e agasalhos arrecadados em campanhas.

Os escolares das redes municipal e estadual da região também são recebidos no 47º BI. As visitas visam despertar



Visita de escolares

os sentimentos de civismo e patriotismo nos alunos, que participam, na Organização Militar, de oficinas recreativas e cívicas.

ATIVIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Os soldados incorporados ao 47º BI podem realizar, por meio de parcerias com instituições como o SEBRAE e o SENAI, além de outros parceiros locais, diversos cursos de qualificação profissional, já visando o retorno desses militares à vida civil. Os mais recentes cursos foram de formação de Carpinteiro; de Pedreiro; e Curso de Direção Defensiva para Motociclistas.

CONCLUSÃO

O 47º BI orgulha-se de, integrado ao Exército Brasileiro, cumprir a missão constitucional destinada às Forças Armadas e ainda atuar como a Mão Amiga da sociedade coxinense sempre que solicitado. Além disso, desenvolve sua atividade-fim com muita dedicação e profissionalismo de todos os seus integrantes. (



Curso de Direção Defensiva para motociclistas



Curso de Qualificação Profissional na Carpintaria

Fotos: Sgt Valécio da Silva

Preparo e Adestramento



Ser soldado é missão de grandeza

A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em benefício da Pátria.

Essa peculiaridade exige que os militares valorizem atividades que lhes são imprescindíveis. Preparo e adestramento são fundamentais para o sucesso das missões.



Valores cultuados pelo Combatente

- **Motivação** - capacidade de manter-se permanentemente entusiasmado e comprometido com as atividades militares, exteriorizando esses sentimentos pela dedicação ao serviço e a apresentação individual.

- **Objetividade** - capacidade de manter o foco no objetivo principal da missão, a fim de cumpri-la com qualidade e oportunidade.

- **Espírito de Decisão** - capacidade de optar pela alternativa mais adequada para o cumprimento de sua missão, com iniciativa, responsabilidade e oportunidade.

- **Eficácia** - capacidade de solucionar problemas e alcançar os melhores resultados no desempenho da função.

- **Auto-aperfeiçoamento** - capacidade de, continuamente, manter-se atualizado nos assuntos profissionais de interesse da Força.

- **Visão prospectiva** - capacidade de agir de maneira pró-ativa, criar e melhorar processos, adequar sistemas e visualizar cenários futuros.

Fatores de excelência no desempenho

- Zelo no preparo individual.
- Entusiasmo e dedicação nos adestramentos.
- Consciência de que a tropa sempre combate como se adestra.

O Exército no Brasil e no Exterior

A Força Terrestre Brasileira goza de grande prestígio e de reconhecimento internacional como uma tropa de alta eficiência e que cumpre com excelência todas as missões que lhe são confiadas. A capacidade profissional, de interação com outros povos e a atitude dos nossos soldados tem sido a marca registrada da tropa brasileira, fazendo-a merecedora de respeito e de admiração de autoridades civis e militares de outros países. Essas peculiaridades projetam poder e divulgam uma imagem positiva das Forças Armadas brasileiras e do próprio Brasil perante o mundo. Tudo isso só é possível devido ao trabalho sério e diuturno de preparo e adestramento conduzido e executado por cada combatente do Exército Brasileiro – que constitui a FORÇA DA NOSSA FORÇA.

HERÓI BRASILEIRO



*Eu sou um soldado do Exército Brasileiro
Estou sempre pronto para agir
Supero as dificuldades físicas e mentais da atividade militar
Consigo antecipar-me às necessidades
Nunca desisto, apesar das dificuldades
Estou sempre com vontade de cumprir missões
Meu entusiasmo contagia os companheiros
Faço parte de uma equipe.
Meu trabalho é muito importante para o grupo
Respeito as leis, os regulamentos e as normas
Atuo em benefício do meu grupo.
Cuido do meu fuzil, pois dele depende a minha vida e a dos meus companheiros
Estou sempre pronto para agir
Não há nada que eu possa temer
Nunca desisto das dificuldades
Faço parte de um grupo
Minha equipe é a melhor e sempre seremos vencedores
Não há nada que me faça desistir
Haverá dificuldades, mas nunca recuarei
Defendo meu Brasil, meu povo e minha bandeira
Sou exemplo para meus companheiros
Sou orgulho...*

Ronaldo Sérgio de Vasconcelos Lins Júnior

Os valores da nossa Força



“Uma nação que confia em seus direitos, em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”.

Rui Barbosa

- Iniciativa
- Operacionalidade
- Patriotismo
- Civismo
- Fé na missão do Exército
- Amor à profissão
- Espírito de corpo
- Aprimoramento técnico-profissional
- Dedicação e fidelidade à Pátria
- Respeito aos símbolos nacionais
- Probidade e lealdade
- Disciplina e respeito à hierarquia
- Rigoroso cumprimento dos deveres e ordens
- Trato ao subordinado com dignidade.

Maiores informações: www.coter.eb.mil.br

Conselho Nacional de Oficiais da Reserva (CNOR)



Militares bem formados e preocupados com o destino do seu País

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – na qual o Brasil participou com reduzido efetivo – demonstrou a necessidade do Exército Brasileiro passar por significativas transformações, para adequar-se à evolução da arte da guerra.

A modernização do armamento e equipamento, o aprimoramento dos conhecimentos militares e, principalmente, um adequado adestramento da tropa tornaram-se urgentes. Para isso, entre outras medidas, a situação exigia um rápido preenchimento dos claros em pessoal existentes, particularmente os relacionados com os oficiais subalternos.

Surgiu, também, fruto dos ensinamentos da Guerra, o desejo de criar-se um Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe (R/2), que completaria parte dos claros de tenentes por tempo limitado, preparando esses oficiais para integrar a reserva do Exército. Dessa forma, se atenderia às reais necessidades de oficiais subalternos, até então formados exclusivamente na Escola Militar.



Delegação do CNOR – VII ENOREX – Porto Alegre-RS



Palavras do Comandante do Exército pela homenagem do CNOR

Graças ao Capitão da Arma de Artilharia **Luiz Corrêa Lima**, que lutou com determinação contra as incompreensões de alguns e dificuldades de toda ordem, em 22 de abril de 1927, foi criado o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ).

Em consequência dos excelentes resultados alcançados e devido ao interesse despertado nos chefes militares, esta célula constituída por jovens dedicados, idealistas e sobretudo dotados de espírito militar multiplicou-se em outros centros e núcleos de formação, implantados por todo o país.

PARTICIPAÇÃO DOS CPOR NA HISTÓRIA DO BRASIL

A competência do Oficial R/2 tem sido comprovada a cada dia, quando ombreados com seus colegas da ativa nas complexas missões inerentes às Unidades do Exército.

A história registra memoráveis participações dos CPOR em episódios onde a ordem institucional foi ameaçada, oportunidades em que se posicionaram contra os conturbadores da paz interna, sempre cultuando as tradições democráticas e pacifistas do Exército. Merecem destaque:

a) com a eclosão da Revolução de 1930, alunos de alguns CPOR foram incluídos nas forças em operações como 3º sargentos, cabos e soldados;

b) em 1932, durante a Revolução Paulista, os alunos do CPOR/SP foram incorporados às forças revolucionárias, onde puderam comprovar sua formação militar;

c) na intentona comunista de 1935, mereceu destaque o fato ocorrido no CPOR/Recife, que tornou-se palco de sangrento acontecimento. No dia 24 de novembro, o 1º Tenente Intendente **José Sampaio Xavier** tombou no

cumprimento do dever, brutal e covardemente assassinado na tentativa de sublevação das praças do Contingente do Centro;

d) nos anos de 1944/45, durante a 2ª Guerra Mundial, o oficial R/2 foi testado no mais duro e real exercício de suas funções de combatente. Nas batalhas em território italiano, integrou, com expressiva representação, todos os escalões da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), quando brilhou a estrela do R/2, comandando suas frações de tropa com decisão, coragem e comprovada capacidade.

e) no processo que culminou com a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, foi expressiva a participação dos CPOR. Esses oficiais cumpriram com destaque inúmeras e diversificadas missões, colaborando para a vitória do Movimento;

CONSELHO NACIONAL DE OFICIAIS R/2 (CNOR)

Eternização dos ideais do Tenente Corrêa Lima

O Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil foi criado em 22 de abril de 1997, durante a realização, no CPOR/RJ, do I Encontro Nacional de Oficiais R/2 – I ENOREX. A idéia de criar um órgão para congregar as seis Associações de Oficiais R/2 existentes na ocasião, surgiu em 1996, quando da realização do 1º Ciclo de Atualização de Oficiais R/2, promovido pela Associação dos Ex-Alunos do CPOR/RJ. Naquela oportunidade, o Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa e um dos palestrantes do seminário, durante o almoço de encerramento do Curso, autorizou a realização do I ENOREX e sugeriu a criação do CNOR.

Entre os principais objetivos da entidade, destacam-se:

- contribuir para tornar os Oficiais R/2 fator preponderante na ligação e no intercâmbio entre o segmento civil da sociedade e as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, objetivando salvaguardar os soberanos interesses nacionais, a Lei e a Ordem;

- divulgar conhecimentos de caráter geral, fundamentais ao aprimoramento da oficialidade da reserva, com vistas à atualização e à manutenção das informações, valores e atributos adquiridos ou incrementados quando do serviço militar, particularmente, os ligados à área afetiva;

- colaborar para o estabelecimento, pela Força, de uma doutrina de emprego da Reserva Não-Remunerada, estimulando os Oficiais R/2, presentes em todos os segmentos da sociedade, a atuarem como verdadeiros “embaixadores” do Exército Brasileiro.

O Conselho Nacional de Oficiais R/2 tem a sua sede no Rio de Janeiro, no quartel do CPOR. Seu Presidente é o 2º Ten R/2 de Artilharia **Sérgio Pinto Monteiro**, da turma de 1961, também fundador da entidade. A Diretoria, além dos cargos administrativos, tem ainda 14 Vice-Presidentes,

que são os presidentes das Associações congregadas ao CNOR. No momento integram o CNOR as Associações de Oficiais R/2 assim localizadas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Brasília, Manaus, Natal, João Pessoa, Salvador, Petrópolis, Cuiabá, Ponta Grossa e Pelotas, aglutinando mais de nove mil Oficiais R/2 cadastrados. Até o final deste ano, o Conselho Nacional estará incorporando, pelo menos, mais três organizações sediadas em Juiz de Fora, Fortaleza e Belém.

INSERÇÃO NO PROJETO HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

O Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, em 19 de maio último, após exposição do Presidente do CNOR, aprovou a proposta do Conselho Nacional para o desenvolvimento de um projeto denominado “História Oral do Exército nos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva”, quando serão entrevistados cerca de 150 Oficiais R/2, considerados destaques nacionais – membros dos três Poderes da República, empresários e profissionais liberais de renome – bem como Oficiais R/2 que participaram de episódios importantes da história do País. Tais entrevistas serão publicadas em livros pela BIBLIEX. Trata-se de um projeto grandioso, já em andamento, que, evidencia a importância que o Exército atribui à sua “Reserva Atenta e Forte”.

MENSAGEM DO CNOR

Os analistas militares costumam afirmar que uma das mais importantes lições que a Primeira Guerra Mundial deixou aos estrategistas foi que forças beligerantes necessitam de reservas em condições de serem mobilizadas e se tornarem operacionais em curto prazo. A partir do conflito de 1914 -1918, os exércitos, de maneira geral, adotaram doutrinas onde a formação do cidadão-soldado assumiu posição relevante. Outra consequência, emanada daquele conflito, foi a necessidade de que nas reservas fossem incorporados elementos com formação militar e





X ENOREX – Cuiabá-MT (22 a 27 Set 2008)

capacidade de liderança que os habilitassem a comandar subunidades e pequenas frações de combatentes. Surgiu, então, a figura do Oficial da Reserva. Os Estados Unidos, já em 1919, criaram o ROTC – Reserve Officers Training Corps (Corpo de Treinamento de Oficiais da Reserva).

No Brasil, graças aos esforços do Capitão de Artilharia **Luiz de Araújo Corrêa Lima**, foi instituído, em 22 de abril de 1927, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, do qual ele foi o primeiro comandante. O curso tinha a duração de três anos, em períodos contínuos e descontínuos, e os alunos, voluntários, muitos deles universitários, alguns já reservistas e próximos dos trinta anos, eram chamados pela imprensa de os “pátria amada” porque, além de não perceberem qualquer remuneração, ainda tinham que dispor de seus próprios recursos para adquirir o fardamento e parte do equipamento que iriam utilizar, bem como os manuais de instrução.

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, demonstrou o acerto dos ideais de **Corrêa Lima**. A Força Expedicionária Brasileira, que combateu no Teatro de Operações da Itália, tinha em suas fileiras 1.070 Oficiais subalternos, dos quais 433 eram R/2, quase a metade. Alguns deles deram suas vidas pela Pátria. Dos 12 Oficiais combatentes brasileiros tombados na Itália, seis eram Tenentes R/2, exatamente a metade. O sacrifício desses heróis enobrece o Brasil e dignifica o nosso Exército. Seu exemplo deve ser repassado às novas gerações de Oficiais R/2, como o símbolo máximo de cidadania e amor à Pátria. A Nação lhes deve, eternamente, a gratidão, o reconhecimento e o respeito devido aos seus filhos mais ilustres.

Na guerra, os Oficiais R/2 cumpriram suas missões com eficácia. O General **Oswaldo Cordeiro de Farias**, Comandante da Artilharia Divisionária da FEB, a eles assim se referiu em sua despedida, na Itália, em 24 de maio de 1945:

“Meus Oficiais.....neste momento forçoso é declarar, porque antes de tudo representa justiça, que nunca soube distinguir nas minhas unidades, o oficial da reserva, dos profissionais – tal seu comportamento na guerra.”

Muitos Tenentes da Reserva escreveram páginas gloriosas da História Militar Brasileira. O 1º Tenente R/2 **Apollo Miguel Rezk** foi o único combatente da FEB agraciado pelo governo dos Estados Unidos com a Distinguished-Service Cross (Cruz por Serviços Notáveis), “por heroísmo extraordinário em ação, comando inspirado e persistente coragem.” Recebeu, também dos americanos a Silver-Star (Estrela de Prata).

Em tempo de paz, os Oficiais R/2, quando na ativa – graças a excelência de sua formação – há mais de 80 anos suprem eficazmente as necessidades da Força na área de Oficiais subalternos. Quando na Reserva, o juramento do Aspirantado será sempre mantido e reafirmado.

No verde-oliva dos Oficiais R/2 se mesclam os valores do soldado e os ideais do cidadão. Temos a visão privilegiada dos segmentos militar e civil da sociedade. Vivenciamos a cumplicidade generosa de uma dupla ligação afetiva. Como militares, somos testemunhas de que na caserna se pratica a nacionalidade em toda a sua pujança. Como civis, porque reconhecemos as dificuldades que a Nação vive nos dias atuais, nos declaramos decididamente empenhados em contribuir para que o Brasil se mantenha em seu destino de Pátria livre, desenvolvida e soberana. E assim, nós, Oficiais R/2, numa simbiose perfeita, incorporamos em nosso sangue “verde-oliva positivo”, os diferentes sentimentos de brasilidade que compõem a mais pura e digna alma brasileira. (

Sérgio Pinto Monteiro - 2º Ten R/2 Art - Tu 1961 - CPOR/RJ
Presidente do CNOR

Maiores informações: www.cnor.org.br



Ten R/2 Apollo Miguel Rezk, condecorado com a Silver Star, pelo General Truscott, Comandante do V Exército Americano – 30 Mar 1945 - Itália



Bases Fisiológicas e Nutricionais para a Saúde e o Desempenho Físico

A Organização Mundial de Saúde define “saúde” como um ótimo estado orgânico e de vitalidade, que envolve bem-estar físico, emocional, intelectual, espiritual, social e ambiental. Dessa forma, a boa “saúde” não está restrita apenas à ausência de doenças ou de disfunções orgânicas.

Atualmente, há consenso mundial sobre a importância da prática regular de atividade física e da alimentação balanceada para a preservação do bem-estar e da qualidade de vida do ser humano, bem como para a manutenção de uma vida saudável e duradoura.

O exercício físico, conduzido e orientado de forma adequada por profissional de Educação Física habilitado, é considerado, por todos os segmentos profissionais da área da saúde, uma ferramenta facilitadora na busca de soluções para diversos problemas da sociedade atual. Sua prática regular possibilita a mudança de um estilo de vida acomodado e estressante para um outro mais dinâmico e relaxante.

Ao mesmo tempo, uma dieta adequada, em quantidade e qualidade, fornece ao organismo a energia e os nutrientes necessários para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção de um bom estado de saúde. O consumo alimentar insuficiente pode acarretar deficiências nutricionais, assim como o consumo alimentar excessivo pode levar à obesidade. Além disso, pesquisas têm evidenciado estreita relação entre as características qualitativas da dieta e a ocorrência de enfermidades crônico-degenerativas.

EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE

A diminuição da mortalidade por doenças infecciosas e carenciais e o envelhecimento progressivo da população trouxeram o crescimento epidêmico das doenças crônico-

degenerativas. Isso levou o campo de aplicação da saúde a se ampliar. Tendo em vista a prevenção geral, os fatores de risco tornaram-se objetos de estreita análise.

A inatividade física é, reconhecidamente, um dos fatores de risco determinantes para o desenvolvimento de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis e de algumas comorbidades, como o diabetes mellitus não insulino-dependente, a hipertensão arterial, as doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer, como o de cólon



Uma dieta composta por alimentos de diversas cores tem maiores chances de incluir todos os nutrientes responsáveis pelo bom funcionamento do organismo.



Frequência cardíaca: instrumento eficiente para o controle da carga de treinamento.

e o de mama, o acidente vascular cerebral, a osteoporose e a obesidade.

As pessoas mais ativas tendem a viver mais e com melhor qualidade. A adoção de um estilo de vida saudável está relacionada ao aumento da auto-estima, da disposição para as atividades cotidianas e da produtividade no trabalho, à diminuição do estresse e à melhora da qualidade do sono. A atividade física libera hormônios associados à sensação de bem-estar, à diminuição do estresse e ao controle do apetite; estimula a produção de aminoácidos que podem atuar na melhora do sistema imunológico, reduzindo a ocorrência de gripes e infecções respiratórias.

Além dessa condição profilática efetiva e do bem-estar geral que a atividade física proporciona, é necessário destacar, também, a economia e a eficiência desse meio de promoção da saúde, comprovado pelos estudos internacionais que demonstram a redução de 3,20 dólares em custos médicos para cada dólar investido em atividade física.

Fica, assim, cada vez mais evidente que o modelo biomédico centrado nos cuidados meramente terapêuticos e curativos não resolve os problemas de enfermidades da população e grande atenção tem sido dada pelos serviços de saúde ao controle do sedentarismo. Porém, estudos recentes evidenciam que, no Brasil, mais de 50% da população adulta ainda permanece inativa.

Recentemente, o Colégio Americano de Medicina Esportiva e a Associação de Cardiologia Americana, baseados em evidências de diversos estudos bem conduzidos, fizeram um posicionamento, em conjunto, no qual recomendam ao cidadão treinamento de força e resistência muscular, no mínimo duas vezes por semana,

para manter ou melhorar as próprias qualidades físicas. Recomendam, também, atividades aeróbicas no mínimo cinco vezes por semana, se de intensidade moderada, ou três vezes por semana, se vigorosas, para a prevenção e a manutenção da saúde. Para uma pessoa de 70kg, essas instituições consideram moderadas as atividades como a caminhada rápida, com gasto de aproximadamente 6 kcal/min, e vigorosas as atividades como a corrida, com gasto energético a partir de 9 kcal/min. Enfatizam, também, que o exercício físico realizado com intensidade e duração acima do mínimo promove ainda maiores benefícios para a saúde.

De fato, as pessoas podem obter grandes benefícios para a saúde simplesmente adotando um estilo de vida ativo. Além do mais, os efeitos benéficos podem ser muito maiores se se tornarem

fisicamente bem condicionados.

Ainda nessa direção, estudos recentes evidenciam, também, a importância da obtenção de uma boa condição física para a redução do risco de morte prematura. Corroborando esses trabalhos, o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCEx) concluiu, em 2004, um estudo que verificou uma associação inversa entre a capacidade aeróbica de 3.781 militares, medida pelo desempenho no teste de Cooper, e o risco de morte em dez anos (Risco de Framingham).

Portanto, o exercício deve desenvolver a capacidade física, possibilitando ao praticante tornar-se mais apto para enfrentar os desafios da vida diária com energia e vigor, e a carga de exercícios deve ser proporcional à profissão e ao estilo de vida de cada um.

Algumas profissões, como a militar, obviamente, exigem um nível de condicionamento mais elevado do que o observado na população em geral. Entretanto, a prática saudável de exercícios físicos requer um respeito aos limites individuais, devendo ser conduzida sob a orientação de um profissional de Educação Física, para que a carga de exercício (intensidade e volume) seja adequada aos objetivos do praticante. É importante, ainda, que um programa de treinamento seja progressivo, iniciando com exercícios moderados, com posterior aumento da carga para uma gradual adaptação do praticante.

Um outro aspecto que deve ser considerado, quando se trata da prática de exercícios, são os riscos para a saúde, particularmente os de natureza cardiovascular. Os riscos decorrentes da prática de exercício físico moderado são baixos e podem tornar-se ainda mais reduzidos se antecedidos por avaliação médica criteriosa.

Conforme as características da população a ser avaliada e os objetivos da atividade física, a complexidade da avaliação pode variar desde a simples aplicação de questionários até a exames médicos e funcionais sofisticados.

Indivíduos sintomáticos ou com importantes fatores de risco para doenças cardiovasculares, metabólicas, pulmonares e do sistema locomotor, que poderiam ser agravadas pela atividade física, exigem avaliação médica especializada, para definição objetiva de eventuais restrições e a prescrição correta de exercícios. O PAR-Q (sigla de *Physical Activity Readiness Questionnaire*) (quadro 1) tem sido sugerido como padrão mínimo de avaliação pré-participação.

Quadro 1

"Questionário de Prontidão para Atividade Física (PAR-Q)" (revisado)

1. Algum médico já disse que você possui algum problema de coração e que só deveria realizar atividade física com supervisão por profissionais de saúde?
2. Você sente dores no peito quando pratica exercícios físicos?
3. No último mês, você sentiu dores no peito quando praticava atividade física?
4. Você apresenta desequilíbrio devido a tontura e (ou) perda de consciência?
5. Você possui algum problema ósseo/articular/muscular que pode piorar pela atividade física?
6. Você toma atualmente algum medicamento para pressão arterial e (ou) problema de coração?
7. Sabe de alguma outra razão pela qual você não deve realizar atividade física?

A resposta positiva a qualquer uma das perguntas do questionário PAR-Q, evidencia a necessidade de avaliação médica pré-participação.

EXERCÍCIO E ALTO RENDIMENTO

Quando uma pessoa realiza sua caminhada matinal ou quando um jogador corre rapidamente durante uma partida de futebol, seus corpos realizam vários ajustes que exigem uma série de interações complexas envolvendo diversos sistemas orgânicos. A base do treinamento físico é a manipulação do estresse causado pelo exercício de modo que os ajustes sejam assimilados pelos sistemas e possam causar adaptações positivas.

Para que seja efetivo, o treinamento deve ser realizado, preferencialmente, de cinco a seis vezes na semana, levando o corpo humano a adaptações fisiológicas e metabólicas que lhe permitirão realizar a mesma atividade com maior facilidade. A aplicação de uma sobrecarga progressiva, após cada adaptação, produzirá melhoria gradual do condicionamento físico, até que se atinja o nível desejado para uma vida mais saudável ou para o desempenho necessário à determinada modalidade esportiva ou profissão.

Para o planejamento e execução de um treinamento adequado, a carga deve ser controlada por meio da medição do tempo, distância, peso e outros indicadores de volume e intensidade. Além disso, é fundamental o uso de parâmetros fisiológicos como a frequência cardíaca e a concentração de lactato no sangue. Pela praticidade de medição, a frequência cardíaca tem sido amplamente utilizada e, atualmente, o emprego de frequencímetros tem facilitado ainda mais a sua medição.

Recentemente, o IPCFEx, por intermédio da Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal, celebrou um convênio com a Proximus Tecnologia com a finalidade de proporcionar melhores condições de aquisição de frequencímetros Polar® pelos militares do Exército Brasileiro e de desenvolver um sistema de acompanhamento e prescrição de treinamento *on-line* baseado na frequência cardíaca. A previsão é que esse sistema seja concluído em 2009.

É importante destacar que o não-acompanhamento da carga de trabalho ocasionará, provavelmente, erros no treinamento. Uma possibilidade é o uso de estímulos muito fracos, que não causariam adaptação e, com isso, não promoveriam melhorias na condição física. Por outro lado, muitas vezes o praticante realiza, de forma excessiva, exercícios de alta intensidade ou grande volume, podendo obter, em longo prazo, efeitos indesejados e contrários aos pretendidos, tais como o aumento do risco de lesões e outros prejuízos à saúde.

Um exemplo disso, usualmente observado em atletas, é o *overtraining*, uma síndrome caracterizada por redução inexplicada do desempenho e da resposta ao treinamento em indivíduos saudáveis. De origem multifatorial, esta síndrome está primariamente relacionada com o planejamento inadequado do treinamento, em termos de volume, intensidade e pausas de recuperação. Anorexia nervosa, bulimia, distúrbios do sono, disfunções hormonais associadas com oligomenorréia ou redução do número de espermatozóides são alguns dos problemas causados pelo excesso de exercícios.

Muitas vezes, tal padrão de atividade física, realizado de forma indevida, está associado a dietas hipocalóricas e ao uso inadequado de suplementos alimentares, prejudicando ainda mais a saúde do praticante.

NUTRIÇÃO PARA A SAÚDE E O DESEMPENHO

Além de se exercitar, é fundamental a prática de uma alimentação saudável, tanto do ponto de vista da saúde como no do desempenho físico. Uma nutrição saudável é importante não só para a prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis como no sentido de melhorar a qualidade de vida.

A mudança positiva de hábitos alimentares e a prática de atividade física são modificações do estilo de vida que podem reduzir de forma significativa os fatores de risco das doenças cardiovasculares, sendo, além disso, intervenções de baixo custo, se comparadas aos tratamentos medicamentosos e dependentes de alta tecnologia. Entre essas enfermidades, a obesidade e doenças associadas a ela, como o diabetes e a hipertensão, ocupam lugar de destaque.

No Brasil, tem sido detectada uma transição de hábitos alimentares caracterizada pela ocorrência mais expressiva de sobrepeso e obesidade e pela redução da prevalência da desnutrição. Isso não apenas na população adulta, mas também em crianças e adolescentes. O consumo alimentar, por sua vez, tem sido relacionado à obesidade não somente em função do volume da ingestão alimentar, mas também em relação à composição e à qualidade da dieta.

Atuando nessa área do conhecimento, o IPCFEx realizou um estudo em 2002, no qual foram analisados os cardápios de 246 Organizações Militares do Exército Brasileiro e sugeridas ações com o objetivo de aperfeiçoar a alimentação fornecida.

Em qualquer situação, é imprescindível que o indivíduo faça a ingestão de nutrientes em quantidades e qualidade compatíveis com suas características individuais, tais como massa corporal e metabolismo, bem como o nível de atividade física que realiza. Assim, ao se alimentar no quartel ou em um estabelecimento comercial, deve-se ter em mente que a quantidade disponibilizada para uma pessoa pode ser excessiva ou insuficiente para outra.

Quando nos referimos a praticantes de atividades físicas e atletas, a preocupação com a nutrição deve ser muito maior, pois com uma alimentação adequada o desempenho atlético pode ser otimizado, a fadiga reduzida e as lesões evitadas ou reparadas mais facilmente. Nesse caso, a consulta a um nutricionista especializado em Nutrição Esportiva é muito importante.

Vale lembrar que é fundamental não iniciar qualquer atividade física em jejum superior a 4 horas. Além disso, nas refeições pré-exercício, o uso de fontes alimentares ricas em carboidrato (frutas, aveia, macarrão etc) devem ser priorizadas, pois esse nutriente é fundamental para o fornecimento de energia durante o exercício e permite mais fácil digestão.

Especial atenção deve ser dedicada à hidratação antes, durante e após o exercício. A redução do peso, que ocorre durante o exercício, deve-se em grande parte à perda de líquidos. Em atividades físicas que durem até uma hora, recomenda-se a ingestão fracionada e constante de água. Se a atividade física for mais prolongada, recomenda-se o uso de bebidas esportivas para reposição dos sais minerais. Ao término da atividade, o praticante deve procurar ingerir um litro de líquidos para cada quilo de peso corporal perdido.

Se o esforço for prolongado, é conveniente a reposição de carboidratos durante o exercício, de preferência na forma líquida ou em gel, para facilitar a absorção. Após o exercício, para a rápida e eficiente reposição energética, recomenda-se a ingestão de carboidratos, preferencialmente até duas horas após a atividade, especialmente quando o intervalo entre as sessões de treinamento for inferior a 8 horas.

Além disso, apesar de o dimensionamento correto da ingestão de proteínas depender de múltiplos fatores, para que haja uma melhor recuperação muscular, recomenda-se que sejam consumidas refeições que forneçam uma relação carboidrato/proteína de 4/1 (4g de carboidrato para 1g de proteína).

Convém salientar que uma alimentação balanceada e de qualidade, a não ser em situações especiais, é suficiente para a manutenção da saúde e para possibilitar um bom desempenho físico, inclusive para atletas de nível competitivo, o que torna desnecessário o uso de suplementos alimentares. Nenhum tipo de pó, tablete, pílula ou cápsula pode substituir uma boa alimentação.

Para promoção da saúde e da qualidade de vida, a melhor solução é a prática adequada e regular de exercícios associada a uma dieta saudável e balanceada. (

IPCFEx – Ciência para a saúde e operacionalidade.

Para uma alimentação saudável, devem ser observadas algumas regras básicas:

- ✓ o café da manhã é muito importante, devendo incluir pães, cereais integrais, frutas em forma de suco ou *in natura* e leite e seus derivados;
- ✓ devem ser ingeridas as três refeições principais, acrescidas de pequenos lanches entre elas;
- ✓ o cardápio diário deve incluir frutas, legumes, verduras, azeite, carnes, leite ou seus derivados, leguminosas e raízes, massas ou arroz; e
- ✓ a quantidade de alimentos gordurosos ou com alto teor de açúcar da dieta deve ser reduzida.

Maiores informações: www.ipcfex.ensino.eb.br

Aluna do Colégio Militar de Curitiba é destaque em programa de televisão



O “Soletrando 2008”, quadro de maior audiência do programa “Caldeirão do Hulk”, levou, a milhões de lares brasileiros, a figura carismática da aluna do 7º ano do Colégio Militar de Curitiba (CMC) **Thafne Toledo Nogueira de Castro Souza**.

Tudo começou no primeiro semestre de 2007, quando a Seção de Ensino do CMC propôs aos alunos do 6º, 7º e 8º anos a realização de um “Soletrando” interno a fim de selecionar um candidato para a fase paranaense. Após a semifinal em sala de aula, ocorreu a final dos campeões de cada turma, com a presença das três séries no auditório do colégio.

A fase interna agitou o colégio, provocando muita torcida pelos representantes de cada sala. Ao final, restavam três candidatos. Por coincidência, um de cada série. Venceu a mais jovem entre os concorrentes, a que demonstrava uma destacada capacidade de concentração, um dos fatores que a levaram à seletiva estadual.

Concorrendo com representantes de 82 escolas do estado, **Thafne** manteve a atitude serena, respeitando seus colegas de soletração, muitos dos quais, após o resultado do processo, tornaram-se seus torcedores. A jovem tornou-se a representante do estado do Paraná numa competição mostrada em cadeia nacional de televisão, para todo o Brasil.

A cada etapa, três competidores digladiavam-se na soletração de palavras escolhidas de obras de Machado de Assis, uma homenagem ao centenário da morte do escritor.

A final do programa movimentou o Colégio Militar de Curitiba. **Thafne** havia conquistado o respeito de seus concorrentes, o reconhecimento popular, o carinho de todo o Brasil. Tudo isso foi fruto de sua postura firme, de sua determinação, do respeito que demonstrou pelos demais candidatos.

Transmitida ao vivo, cada uma das 12 rodadas da final foi tensa e emocionante. Todos os docentes e discentes dos Colégios Militares, todos os membros da grande família verde-oliva se uniram em torcida, orgulho e júbilo pela brilhante participação de uma de nossas alunas. **Thafne** obteve a 2ª colocação. O resultado final, embora não tenha sido coroado com o lugar mais alto no pódio, demonstrou de maneira insofismável o grau de ensino oferecido aos alunos dos Colégios Militares.

Thafne soube elevar o nome da instituição que representava. O garbo com que disputava cada fase, o empenho que demonstrou, a correção de atitudes, tudo isso é a tônica do Sistema Colégio Militar do Brasil na busca por um ensino de qualidade, que alie a transmissão de conhecimentos à formação integral do cidadão, preparando-o para a vida profissional sem jamais descuidar dos valores e tradições mais nobres que são tão caros ao Exército. (



Final do Quadro Soletrando no Programa Caldeirão do Hulk, da Rede Globo de Televisão

O Exército Brasileiro e Brasília

Adirson Vasconcelos

Desde o início da República e em todos os momentos históricos em prol do ideal de mudança da Capital do Brasil do litoral para o interior, o Exército Brasileiro atuou, sempre e decisivamente, em defesa desse sentimento cívico de integração e de desenvolvimento nacional por meio de seus mais destacados representantes.

Na epopéia da construção de Brasília e mesmo depois da inauguração da nova Capital no Planalto Central de Goiás, os homens do nosso Exército disseram sempre “Presente” à patriótica tarefa de fixação e de consolidação da cidade-Capital de todos os brasileiros, devotando-lhe toda a atenção e o esforço para fazê-la uma *urbs* e, mais que isto, uma *civitas*.

Os Marechais **Deodoro da Fonseca** e **Floriano Peixoto**, os dois primeiros presidentes republicanos, foram, igualmente, os primeiros a tomar medidas decisivas para a efetivação do projeto de interiorização da Capital do País para o Planalto Central do Brasil.

O primeiro ato de **Deodoro da Fonseca** foi considerar o Rio de Janeiro “provisoriamente a sede do poder central”, no mesmo 15 de novembro de 1899, pelo decreto revolucionário de nº 1. E, em junho de 1900, ao propor à Constituinte o projeto da primeira Constituição Republicana, elaborado com o brilho e a sabedoria jurídica de **Rui Barbosa**, o Governo de **Deodoro** propôs àquela Assembléia a competência de decidir sobre a mudança da Capital, mas não deixou de, no mesmo projeto, estabelecer sugestões de medidas, e muitas – conforme relato no meu livro *A Mudança da Capital* – caso viesse a ocorrer a decisão legislativa de autorizar a mudança da sede do Poder Central para o interior do Brasil. Incorporava, assim, **Deodoro**, todo o sentimento cívico das pregações em prol do projeto de interiorização da Capital pregadas, tanto no Brasil Colônia quanto no Império, por brasileiros nativistas e clarividentes como **Tiradentes** – o Alferes **Joaquim José da Silva Xavier** –, **Hipólito José da Costa**, **José Bonifácio**, **Francisco Adolfo de Varnhagen** e outros.



Marechal Deodoro da Fonseca – considerou a cidade do Rio de Janeiro “provisoriamente a sede do poder central”

Na Constituinte, outro militar, o Deputado e General **Lauro Muller**, de Santa Catarina, apresentou emenda constitucional e a viu aprovada e inserida na primeira Carta Magna brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, logo no seu artigo 3º, com a seguinte determinação: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Sucedendo a **Deodoro** na Presidência da República, o Marechal **Floriano Peixoto** tomou providências decisivas para o cumprimento da Constituição no tocante à demarcação da “zona de 14.400 quilômetros quadrados para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.



Marechal Floriano Peixoto – tomou providências para a criação da Comissão Exploradora do Planalto Central da República

Convocou vários militares oficiais e cientistas para a formação de um grupo de trabalho que denominou Comissão Exploradora do Planalto Central da República, convidando para chefia-la o astrônomo, engenheiro e cientista **Luiz Cruls**, portador da patente de Tenente-Coronel e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.



Para “tão honrosa quão espinhosa tarefa” pela “magnitude do assunto”, **Luiz Cruls** selecionou, com a aquiescência e participação de **Floriano**, um grupo de geógrafos, astrônomos, geólogos, botânicos, médicos e naturalistas, oriundos principalmente da Escola Superior de Guerra e do Observatório Astronômico, em 1892. Chegando à região do Planalto Central de Goiás, em lombo de burro, a Comissão Cruls realizou, ao longo de quase dois anos, na área, um trabalho “completo e magistral” de estudos e observações científicas sobre a região planaltina, culminando com a demarcação prevista da área de 14.400 quilômetros quadrados, sob a forma de um quadrilátero e destinada à nova Capital brasileira, e que, a partir de então, passou a figurar no Mapa do Brasil (de 1893) com a designação “Futuro Distrito Federal”.

O êxito alcançado pela Comissão Cruls levou o Presidente **Floriano**, em 1894, a renomear o Tenente-Coronel **Cruls**, e muitos de sua equipe para uma nova missão: a escolha, na área demarcada, do melhor sítio para, nele, edificar-se a estrutura urbana da cidade-Capital. E tal ocorreu, entre os anos de 94 e 95, optando **Cruls** pela área mais elevada, onde hoje é o Cruzeiro e na qual se insere um córrego que serviu de base central do Acampamento da Comissão, que veio a se chamar Córrego do Acampamento (nas proximidades onde é hoje a Rodoferroviária). Houve um engenheiro-militar, o Coronel **João José de Campos Curado** (por sinal, de origem goiana) que realizou um trabalho magistral, ao longo de dois anos, estudando os ventos, a periodicidade das chuvas, o clima, etc.

Face à crise político-militar, **Floriano** deixa o Governo e o projeto da interiorização da Capital foi esquecido.

Depois do Marechal **Floriano**, nada mais se fez. Apenas em 1922, houve um ato simbólico do lançamento

de uma pedra fundamental, nas comemorações do centenário da independência, pela interferência do deputado goiano **Americano do Brasil**. Naquele mesmo ano, um coronel do Exército, de nome **Luiz Mariano de Barros Fournier**, propôs à Câmara um plano fantástico pelo qual comprometia-se a construir, praticamente sozinho, a nova Capital, e entregá-la concluída em 1936, no dia 15 de novembro, mediante o direito de algumas concessões de uso da terra e serviços públicos.

A Constituição de 1934 tratou a interiorização vagamente. A Carta de 1946, porém, fez reacender os ideais mudancistas, pela luta dos constituintes mineiros e goianos, entre os quais **Arthur Bernardes**, **Juscelino Kubitschek**, **Israel Pinheiro**, **Pedro Ludovico**, **Dario Cardoso** e outros.

Mais um representante do Exército Brasileiro entra em cena. É o General **Eurico Gaspar Dutra**. Eleito Presidente da República, fundamenta-se na recém promulgada Constituição de 1946 e cria uma Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital, confiando sua chefia a um oficial general de sua maior confiança, o General **Djalma Polli Coelho**. Em agosto de 1948, o General **Polli Coelho** entrega ao Presidente **Eurico Dutra** as conclusões da Comissão, que têm muito das propostas da primeira comissão, criada pelo Presidente e Marechal **Floriano Peixoto**. O presidente **Dutra** encaminha tais conclusões ao Congresso Nacional para a decisão final. Examinando, ao longo de cinco anos, a mensagem do Presidente **Dutra**, conclui o Congresso que devam ser feitos, agora, “estudos definitivos” sobre o melhor local, no Planalto Central, para, nele, instalar-se a nova Capital.

A Lei do Congresso Nacional determinando “estudos definitivos” é sancionada, em 1953, pelo Presidente **Getúlio Vargas** e, para cumpri-la, busca no Exército Brasileiro um oficial general. A escolha recai no General **Aguinaldo Caiado de Castro**, por coincidência um goiano e chefe da Casa Militar da Presidência da República.

O General **Aguinaldo Caiado de Castro** assume a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal e assessora o Presidente da República na convocação dos seus demais membros. Toma providências práticas e decisivas, contratando a Cruzeiro do Sul Aviação para fazer um levantamento aerofotogramétrico de toda a área eleita pelo Congresso para dentro dela escolher-se o melhor sítio para a construção da Capital e, em segundo momento, determinando a fotoanálise e a fotointerpretação de todo o levantamento executado pela Cruzeiro do Sul. Contratou uma firma especializada nos Estados Unidos: **Donald Belcher**. De repente, houve a morte do presidente **Getúlio Vargas**.

Face ao desaparecimento de **Vargas**, assume a Presidência da República o vice **Café Filho**, que mantém a Comissão e designa para chefia-la um outro oficial militar

superior, o Marechal **José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**, que deu continuidade aos projetos do General **Aguinaldo Caiado de Castro**, concluindo-os com a escolha do sítio “Castanho”, desapropriado, em 30 de abril de 1955, pelo Governador **José Ludovico de Almeida**, de Goiás, a pedido do Marechal **Pessoa**.

O Presidente **Juscelino Kubitschek**, ao assumir, em 31 de janeiro de 1956, a Presidência da República, trazia, já, nas suas metas de Governo, o projeto de interiorização da Capital para o Planalto Central de Goiás. Subiu as escadas do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, ladeado pelo General **Henrique Teixeira Lott**, seu Ministro da Guerra (depois, Exército), e que, no final do Governo anterior, garantira o processo democrático de posse do Presidente eleito ameaçado por artimanhas golpistas do partido de oposição derrotado no pleito eleitoral. **Juscelino Kubitschek**, ao longo de 1956, toma inúmeras providências, entre as quais o encaminhamento, em 18 de abril, de uma mensagem ao Congresso propondo a iniciativa da mudança com a construção da nova cidade-Capital, proposição que foi transformada em Lei e sancionada por **JK**, em 19 de setembro daquele mesmo ano de 1956.

Dias depois, em 2 de outubro, **Juscelino** viaja à região escolhida no planalto goiano para dar início às obras de construção da nova Capital brasileira. Acompanhando-o e integrando a comitiva presidencial, o General e Ministro **Teixeira Lott**.

Nessa visita ao local onde hoje está Brasília, dois episódios marcaram o empenho do General **Lott** em prol da nova Capital. Os jornalistas querendo testar o nível de apoio do ministro à decisão do Presidente, ali anunciada, de que construiria a cidade e a inauguraria ainda no seu Governo, indagaram do general-ministro sobre tal declaração e ele desarmou a todos, afirmando “*Se o Presidente anunciou, a cidade será construída e inaugurada no prazo que o Presidente fixou*”. Os repórteres que esperavam uma resposta pelo menos ambígua, ficaram sem jeito. O outro episódio foi a decisão do Ministro **Lott** de informar ao Presidente **JK** de que o Exército poderia, de imediato, colocar sessenta barracas de lona para abrigar os primeiros trabalhadores das obras de Brasília. Depois, apanhando uma flor do cerrado, disse aos jornalistas: “*Esta eu vou levar de lembrança para minha esposa!*”

Durante a epopéia da construção de Brasília, o Exército se fez muito presente quer através do Serviço de Engenharia, quer pela 6ª Companhia de Guarda, aqui instalada, já em 1957, nas proximidades do Palácio da Alvorada em construção e ocupando grandes galpões de madeira, servindo de guarda presidencial e, igualmente, colaborando muito com as autoridades da Novacap na segurança do meio gregário e ambiental. Da mesma forma,



a Aeronáutica emprestou uma colaboração decisiva, seja colocando seus aviões de treinamento nos transportes urgentes, seja através do Destacamento da Base Aérea, situado no Aeroporto provisório.

Inaugurada festivamente a 21 de abril de 1960 e concluído o mandato do Presidente **Juscelino Kubitschek**, Brasília atravessou um período de dúvidas e instabilidade político-administrativa, criando-se, na cidade recém inaugurada, momentos de insegurança e desestímulo à sua missão integradora e desenvolvimentista. Só se falava no retorno da Capital para o Rio e as verbas para Brasília não eram liberadas.

Mas, ao contrário do canção da fábula – na expressão de **Juscelino Kubitschek** –, Brasília nem se curvou para o vendaval passar; suportou-o e deu-lhe nova direção.

Com o advento da Revolução de Março de 1964, Brasília recebeu um novo alento e novos estímulos. O Marechal **Castelo Branco**, assumindo a Presidência da República, pôs um ponto final na onda retornista da Capital para o Rio de Janeiro, ao afirmar, peremptoriamente: “Brasília é irreversível!”. Os seus sucessores, igualmente oficiais gerais do Exército Brasileiro, mantiveram-se fiéis a essa conceituação, nos Governos **Costa e Silva**, **Emílio Garrastazu Médici**, **Ernesto Geisel** e **João Figueiredo**. Além do apoio político e moral, Brasília recebeu, igualmente, todos os recursos necessários para a conclusão das transferências dos servidores ainda no Rio de Janeiro, para a ampliação dos serviços essenciais e dos equipamentos comunitários nos campos da infra-estrutura urbana, da educação, da saúde, da moradia, do transporte público, da segurança, principalmente. O Exército construiu



Presidente Juscelino Kubitschek acompanhado do Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott

o seu Quartel-General, no Setor Militar Urbano, e transferiu toda a sua cúpula para Brasília. Isso tudo, além de políticas e decisões altamente significativas como a inauguração do Palácio do Itamaraty e a conseqüente transferência do Ministério das Relações Exteriores e de todas as Embaixadas ainda na ex-Capital, bem como muitas outras obras monumentais e essenciais. Brasília se fixou como cidade e como Capital brasileira e se consolidou, seja como *urbs* seja como *civitas*. Ao Exército Brasileiro, Brasília é muito agradecida e exalta o espírito cívico e patriótico dos seus integrantes. (

Adirson Vasconcelos é pioneiro da construção de Brasília e historiador da cidade. Seu e-mail é adirson@bol.com.br



Vista do Plano Piloto de Brasília (ao fundo esplanada dos Ministérios)

A Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque

No ano de 2006, o Comandante da 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército (7ªRM/7ªDE) foi procurado pelo Presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), o Desembargador **Nildo Nery dos Santos**, que solicitava o apoio do Exército Brasileiro para um projeto desafiador. O citado projeto propunha a criação de uma orquestra composta somente por crianças oriundas de áreas pobres do Recife, especificamente da Favela do Coque, uma das mais violentas da Cidade, onde cerca de 42 mil pessoas viviam em precárias condições sociais. Na oportunidade, o desembargador se fez acompanhar do Maestro **Cussy de Almeida** e do Juiz de Direito Dr. **João José Rocha Targino**, e pleiteavam um local seguro, próximo à localidade do Coque, abrigado de qualquer perigo e que pudesse garantir o sucesso do projeto.

Por sua vez, o Comandante da 7ª RM/7ª DE, alinhado com o pensamento do Comandante do Exército de que nossos quartéis deveriam estreitar os laços de amizade e cooperação com a sociedade civil, determinou ao 7º Depósito de Suprimento (7º D Sup) que apoiasse o desenvolvimento desse projeto. De imediato, aquela



*Aniversário do 2º ano de criação da Orquestra
Apresentação no Teatro Santa Isabel (Recife-PE)*

Organização Militar (OM) passou a participar dessa nobre iniciativa que tinha por objetivo proporcionar melhoria na qualidade de vida de jovens menos favorecidos.

Em apenas 45 dias de trabalho, sob a coordenação do Chefe da OM, um velho galpão desativado transformou-se em uma escola de música de padrões internacionais, constituída de salas individuais para cada tipo de instrumento e um miniauditório, todos equipados com revestimento acústico, além de uma luteria – local destinado à manutenção dos instrumentos. Todo esse trabalho foi fruto de um esforço mútuo da iniciativa privada, responsável pela doação dos materiais e instrumentos, e da “Mão Amiga” do Exército Brasileiro.

Se faz necessário e oportuno reconhecer o grau de comprometimento dos profissionais do 7º D Sup, homens e mulheres anônimos que, com extrema dedicação, compreensão e conduta exemplar, antes e durante o projeto, levaram ao sucesso o trabalho da Unidade.

Assim se tornou realidade a ORQUESTRA CIDADÃ DOS MENINOS DO COQUE, um verdadeiro exemplo do que pode ser feito por homens com força de vontade, competência e acentuado espírito de solidariedade humana.



*Apresentação do Destaque – aluno Daniel de 7 anos (violino) no
Teatro Santa Isabel (Recife-PE)*



Mini Auditório da Orquestra no 7º D Sup

O 7º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO

HISTÓRICO

Criado pela Portaria Ministerial nº 53, de 22 de novembro de 1991, o 7º Depósito de Suprimento é o resultado da transformação do Depósito Regional de Subsistência (DRS/7) – a mais antiga OM de suprimento da área, criada em julho de 1941, com a denominação de Estabelecimento Regional de Subsistência (ERS) – e da fusão dos Depósitos Regionais da 7ª RM.

Em cumprimento a Port Min nº 055-Res, de 22 Nov 91, a sede do 7º D Sup passou a ocupar os aquartelamentos do DRS/7 e do 14º Batalhão Logístico (14º B Log) este último com área contígua ao quartel do antigo DRS, no Bairro da Cabanga (Recife-PE).

Desde a década de 40, o antigo ERS/7 cumpriu as mais variadas missões, tornando-se alvo de inúmeros elogios do escalão superior, bem como das autoridades civis. Herdeiro das mais nobres tradições de bem servir às OM do Comando Militar do Nordeste, o 7º D Sup realiza o atendimento logístico no que diz respeito a planejar, coordenar, controlar e distribuir os diversos tipos de suprimento.

Por encontrar-se localizado no sítio de grande importância na história nacional, local que serviu, em 26 de janeiro de 1654, (após as vitoriosas batalhas dos Montes Guararapes), como palco da assinatura da rendição de todas as praças sob domínio holandês no nordeste, ocorrida na Campina do Taborda, o 7º D Sup recebeu a denominação histórica de “Depósito Campina do Taborda”.

Aquela área apoiada por Organização Militar de apoio logístico abrange os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, bem como a cidade de Paulo Afonso, no estado da Bahia.

A MATÉRIA-PRIMA DO PROJETO

Escolhidas entre centenas de crianças da comunidade do Coque, 104 menores entre 7 e 15 anos de idade, participaram do início do projeto, em agosto de 2006. É um projeto profissionalizante, de caráter preventivo, destinado à formação não só de músicos profissionais de violino, viola, violoncelo e contra-baixo, como também de respeitáveis cidadãos cômicos de suas responsabilidades e direitos. Os alunos são divididos em dois turnos para que possam dar continuidade ao seu estudo na rede pública de ensino e realizam suas refeições diárias no refeitório do quartel. Recebem aulas de reforço escolar, orientação pedagógica de comportamento, educação e saúde.

Dia após dia, esses jovens artistas surpreendem seus anfitriões com a inequívoca evolução dos trabalhos musicais, que vão desde “Asa Branca” de **Luiz Gonzaga** até “As quatro estações” de **Vivaldi**, brindando àqueles que os ouvem com notas de afeto e acordes de gratidão.



Fachada do 7º Depósito de Suprimento

Mais que falar da orquestra se faz necessário ouvi-la, para sentir a emocionante grandeza de ver a transformação de crianças carentes em jovens que resgataram a capacidade de sonhar e lutar por um futuro promissor.

ELES SONHARAM TORNAR REALIDADE OS SONHOS DE CRIANÇAS E REALIZARAM OS SEUS



“Quando o Dr. Targino propôs o projeto, minha reação foi cética. Não acreditava que os meninos da favela do Coque pudessem interessar-se por música clássica. Mas, era uma iniciativa do bem e merecia apoio. A experiência comprova que abrigar uma atividade social num quartel pode gerar benefício institucional. A escolinha Henrique Dias, instalada no Quartel-General da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada para atender às

crianças da favela da linha de do tiro, produziu uma espécie de reconhecimento da comunidade, que contribui para aumentar a segurança orgânica do comando. Outro indicar favorável foi o ex-beneficiário do “Pelotão Mundico” do 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrobrás-PE), sempre reconhecido ao Exército, pela sua acolhida na infância. Na primeira apresentação que assisti, já fui surpreendido com a musicalidade da garotada, ao executar a valsa de Brahms, evocando o ambiente onde estudei, no colégio Diocesano de Maceió.

Por isso, o apoio do Exército ao projeto não foi em vão; tenho certeza de que a imagem humana da nossa instituição ficou engrandecida”

General-de-Exército **Maynard Marques de Santa Rosa**
Comandante da 7ª RM/7ª DE em 2006



"Quando assumi a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em fevereiro de 2000, convoquei os demais poderes e órgãos públicos para o desenvolvimento de atividades preventivas intentadas para promover a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco. O Comando Militar do Nordeste foi um dos primeiros a formar parceria com o Projeto Criança Cidadã. Inicialmente foram realizadas as Olimpíadas da Criança Cidadã com a participação de 2.850 crianças e adolescentes em treze modalidades esportivas. As quadras esportivas das Forças Armadas foram palco das competições. Hoje, a Associação Beneficente Criança Cidadã pode desenvolver o projeto Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque graças ao apoio do Exército Brasileiro que acolheu a nossa Escola de Música, onde os meninos e as meninas do Coque, vem alcançando cidadania com os ensinamentos ministrados no curso profissionalizante de Música.

O Exército Brasileiro sabe que o futuro da sociedade se constrói com a cidadania do amanhã.

As Forças Armadas estão unidas com o propósito da Associação Beneficente Criança Cidadã de mobilizar os poderes públicos e a sociedade no resgate das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Nós da sociedade civil e o Exército Brasileiro estamos juntos no cumprimento do art. 227 da Constituição Federal para que o exercício da solidariedade faça-se com prioridade em relação à infância e juventude carentes."

Desembargador Nildo Néri
Presidente da Associação Brasileira Criança Cidadã (ABCC)

"Sempre considerei que o Exército Brasileiro é um dos pilares da nação na formação da cidadania. Em todos os quadrantes do país a sua presença se destaca nos meios civis seja por iniciativa própria, seja em apoio a entidades e projetos que visem melhorias no bem-estar social. Como coordenador musical do projeto "Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque", sinto-me grato e orgulhoso de ter o nosso querido Exército como principal parceiro na formação dessas crianças carentes, dando-lhes uma profissão e exemplos de cidadania.



Essa parceria se reveste de grande importância devido a maneira como se processa e, ainda, pela forma integral de participação que vai desde a cessão das generosas instalações da escola, até o apoio de pessoal em vários níveis.

Por dever de gratidão manifesto aqui, a certeza que tenho de que sem essa parceria tão bem vinda, o sucesso e o reconhecimento público desse trabalho não teria sido possível."

Cussy de Almeida
Maestro e Coordenador Musical do Projeto "Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque"

"A parceria do Exército com a Orquestra Criança Cidadã teve o caráter de nascimento para o projeto, vez que nossa Escola de Música fosse edificada pela honrosa Força Terrestre e é em solo verde-oliva onde os nossos alunos têm se desenvolvido como pessoas humanas e músicos ao longo desses quase 02 (dois anos). É imperioso que se diga que, se não tivéssemos o Exército Brasileiro como aliado nessa que é a verdadeira guerra a ser combatida cotidianamente – a da busca pela justiça social –, não teríamos chegado no patamar de excelência em que se encontra o projeto. É com toda a força da expressão: um verdadeiro braço forte e uma vigorosa mão amiga."

João José Rocha Targino
Coordenador Geral do Projeto



"O Exército Brasileiro tem sido o patrono da Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque, pois desde o princípio usamos suas instalações para desenvolvermos este projeto.

Nossas crianças desfrutam de um espaço que envolve: salas para estudo da música, informática, reforço escolar, consulta psicológica além de, utilizar o refeitório, o auditório e a área de lazer da própria organização militar.

A Orquestra Criança Cidadã agradece ao Exército Brasileiro o apoio dado a essa instituição beneficente."

Rosélio Pereira Pedroza
Supervisor da Orquestra Criança Cidadã

"Nossa escola tem como base os seguintes pontos: disciplina, aproveitamento e humildade. Sendo a escola situada dentro do quartel do Exército, eu acredito que se tornou mais fácil a compreensão do primeiro ponto. Pois a "disciplina de estudo" é de fundamental importância para qualquer instrumentista.

Acho muito bonita a forma como os soldados tratam as crianças, no início é sempre a mesma formalidade, mas depois se tornam 'literalmente' irmãos. Com puxões de orelha, brincadeiras e cuidados quando estes se machucam, e para muitos destas crianças este carinho e inexistente. Assim como, ao perguntar a um soldado o que ele aprendeu com esta convivência ele respondeu: paciência (inclusive em casa), e principalmente solidariedade."



Profª Aline Lima
Professora de Viola e Violino da Orquestra Criança Cidadã

A INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

ÀS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

A seca na Região Nordeste do Brasil é um fenômeno caracterizado pelo atraso na precipitação de chuvas ou por sua distribuição irregular, o que acaba prejudicando as condições de ocupação humana e as atividades econômicas da região. A área de incidência de secas no Nordeste Brasileiro denomina-se “Semi-Árido Setentrional”.

Uma solução para amenizar o problema das secas seria a transposição de parte das águas do Rio São Francisco para as bacias existentes no Polígono das Secas. Essa idéia de transposição é discutida desde a época do Segundo Império, ainda no Século XIX. Políticos e engenheiros do Imperador **Dom Pedro II** sonhavam em utilizar as águas do São Francisco para combater os efeitos da seca no sertão. Segundo alguns registros históricos, em 1847, surgiu a primeira idéia de desvio de águas do São Francisco para amenizar a carência hídrica em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

A partir dessa idéia inicial, muitas tentativas de amenizar os efeitos da estiagem na região teriam sido pensadas, e muitos órgãos criados para esse fim sem grandes efeitos práticos.

Como exemplos, após a grande seca que vitimou 1,7 milhão de pessoas entre 1877 e 1879, foi criada uma inspetoria que produziu o mapa de um canal interligando



Canteiro de obras do 2º BE Cnst

o Rio São Francisco ao Jaguaribe. Em 1913, já no período Republicano, e com o mesmo intuito de amenizar os efeitos da seca, foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. O assunto voltou à tona em 1943, no Governo de **Getúlio Vargas**, com a criação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS).

Em 1980, os técnicos do DNOCS chegaram a elaborar um projeto de transposição, em parceria com um organismo norte-americano especializado em agricultura, irrigação, solos e recursos hídricos. A idéia era captar 15% da vazão do “Velho Chico”, mas não foi colocada em prática.

Outras propostas foram apresentadas, também não implantadas.

Enfim, por causa das graves conseqüências da seca, o Governo Federal delimitou geograficamente o Polígono das Secas (Lei nº 1.348), espaço com uma dimensão de 950.000 km², equivalente a mais da metade do território da Região Nordeste (52,7%) – vai desde o Piauí até parte do norte de Minas Gerais. O clima é semi-árido; e a vegetação, de caatinga. O solo é raso na sua maior parte, e a evaporação da água de superfície é grande.

O PROJETO

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é a mais importante ação estruturante no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos. Seu objetivo é a garantia de água



Maquete da obra de transposição a cargo do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, em Floresta-PE

As Bacias que receberão as águas do Rio São Francisco são: Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Bacias do Agreste, em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas, no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas, na Paraíba.

Com previsão de beneficiar 12 milhões de pessoas, o projeto prevê a captação, de forma contínua, de menos de 1% da vazão de 1.850 m³/s do Rio São Francisco, ou seja, de 26 m³/s; e de excedentes quando houver vertimento da Barragem de Sobradinho.

O 2º Batalhão de Engenharia de Construção é responsável pela implantação das obras de 2.080m do



Canal de Aproximação e da Barragem de Tucutu (Eixo Norte), no município de Cabrobó (PE).

O 3º Batalhão de Engenharia de Construção é responsável pela construção de 5.825m do Canal de Aproximação e da Barragem de Areias (Eixo Leste).

CONCLUSÃO

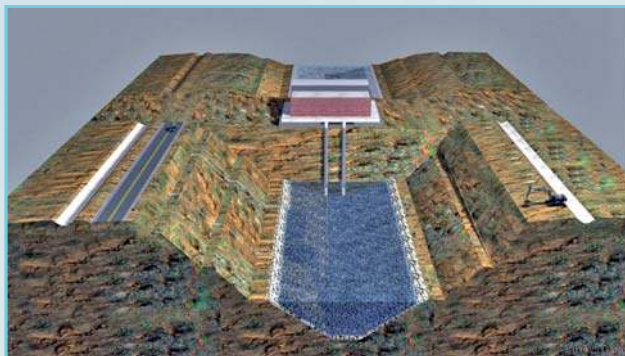
Durante séculos, as águas do Rio São Francisco simbolizaram a integração nacional por facilitarem a entrada dos bandeirantes pelos sertões e o escoamento da produção na Segunda Guerra Mundial. Curiosamente, o Projeto de Transposição segue provocando polêmica e muitos debates. O motivo é o deslocamento de águas do “Velho Chico” para o Semi-Árido, mas a integração das bacias pode reduzir disparidades intra-regionais e incorporar o Semi-Árido Nordeste à economia nacional.

A expectativa é que o projeto, quando pronto, venha a garantir o abastecimento, por longo prazo, de grandes centros urbanos da Região, bem como de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no Semi-Árido e de áreas do interior nordestino, beneficiando 12 milhões de pessoas, tendo como objetivo garantir a oferta de água para o desenvolvimento sustentável dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O projeto consiste na retirada contínua de 26,4 m³ de água por segundo, o que equivale a 1,4 % da vazão garantida pela Barragem de Sobradinho (1.850 metros cúbicos por segundo) no trecho do São Francisco onde ocorrerá a captação, o que atenderá à população urbana de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos quatro Estados mencionados do Nordeste Setentrional.

Além dos benefícios resultantes do fortalecimento dessa Rede de Infra-estrutura Hídrica, o projeto está propiciando recursos financeiros, humanos e materiais para a Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Esse novo projeto, que também tem a participação do Exército Brasileiro, nasceu e está sendo executado como fruto de uma vasta e larga demanda social para a recuperação da vitalidade do “Velho Chico”. A participação de órgãos da sociedade civil na discussão de outras partes essenciais do Projeto – como as referentes aos aspectos econômicos e sociais – contribui também para dar sentido social a esse investimento público, cuja magnitude é capaz de estruturar novas e importantes frentes de expansão econômica na Região. (

Maiores informações: www.2becnst.eb.mil.br



Modelagem do canal



Canteiro de obras do 2º BE Cnst



Canteiro de obras do 3º BE Cnst



Canteiro de obras do 3º BE Cnst

Dia Internacional dos “Peacekeepers” das Nações Unidas



HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

O Dia Internacional dos Peacekeepers das Nações Unidas – 29 de maio – foi criado por meio da Resolução nº 57/129 da Assembleia Geral de 11 de dezembro de 2002, em razão de que nessa data, em 1948, teve início a primeira missão de paz das Nações Unidas UNTSO (*United Nations Truce Supervision Organization*) – no Oriente Médio.

A data destina-se a homenagear todos os homens e mulheres que serviram e continuam servindo em Operações de Manutenção da Paz pelo seu alto nível de profissionalismo, dedicação, coragem e para honrar a memória daqueles que perderam suas vidas em prol da paz.

A comemoração dessa data decorre da própria criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que, com a assinatura da sua Carta em 26 de junho de 1945, estabeleceu como propósitos básicos a manutenção da paz e a segurança internacionais.

As operações de manutenção da paz, não estando definidas na Carta das Nações Unidas, foram desenvolvidas

de forma a servir aos propósitos básicos da ONU, constituindo instrumentos de ação destinados a cooperar com países atingidos por conflitos, a fim de criar condições para o estabelecimento de uma paz duradoura.

Com um caráter multidisciplinar e multidimensional, com componentes políticos, humanitários, sociais e econômicos, requerendo especialistas civis de naturezas diversas trabalhando em conjunto com os efetivos militares, as operações de paz têm evoluído nas suas formas de atuação permitindo, assim, que, concomitantemente aos trabalhos realizados, as ações de reconstrução de paz (*peacebuilding*) sejam realizadas com o intuito de criar as condições necessárias para a paz e o desenvolvimento sustentado do país apoiado pela missão.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

A primeira participação do Exército Brasileiro em Missões de Paz ocorreu em 1947, quando observadores militares foram enviados aos Bálcãs. A primeira participação com tropa em missões de paz ocorreu no Oriente Médio, integrando a 1ª Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-I), no período de 1957 a 1967.

Sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil participou com um efetivo de batalhão (FAIBRAS) da Força Interamericana de Paz, criada pela OEA para intervir na crise política que havia eclodido na República Dominicana (1965-1966).

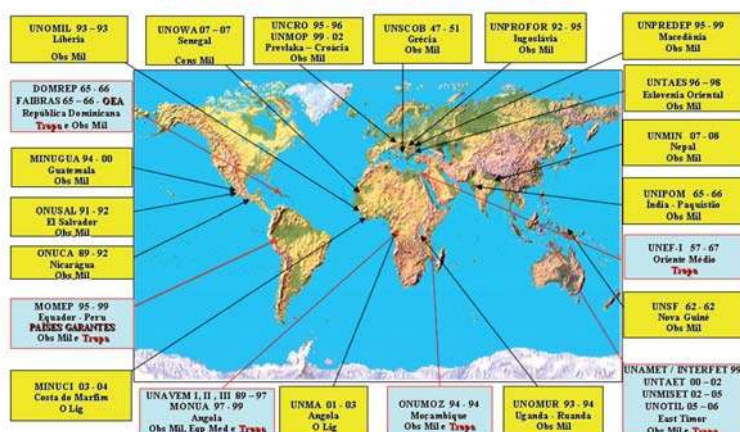


UNEF I – Suez: 1956-1967

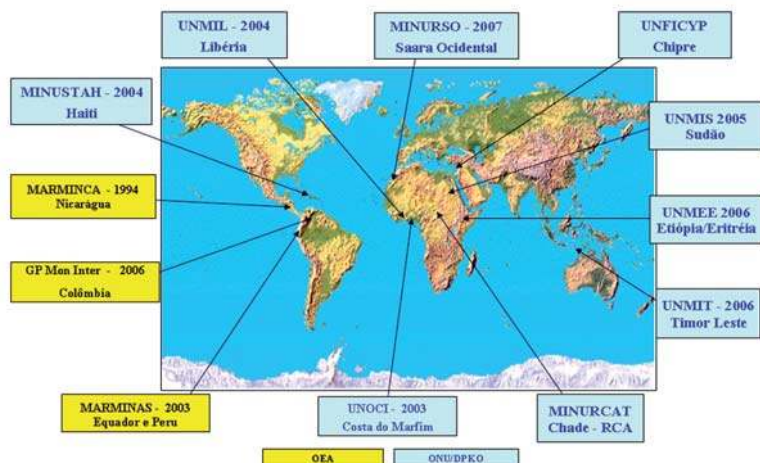


UNMISET – Timor Leste: 2002-2005

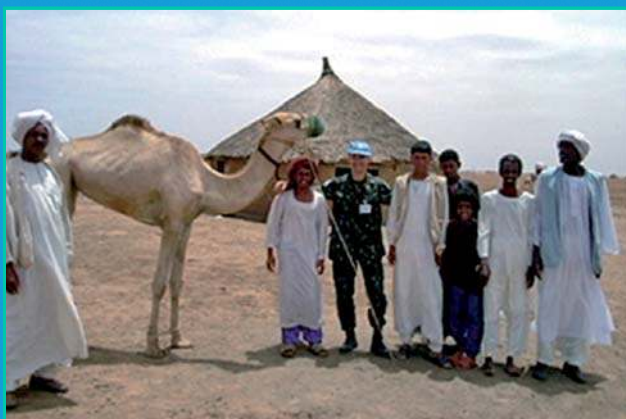
MISSÕES ENCERRADAS



MISSÕES EM CURSO



Posteriormente a essa participação, houve um decréscimo no número de missões até 1993. Em 1994, foram enviadas tropas para Moçambique. Em setembro de 1995, para Angola e, em 1999, para o Timor Leste.



UNMIL – Saara, desde 2003



MINUSTAH – Haiti, desde 2004

No ano de 2004, o Exército desdobrou tropas no Haiti, com o expressivo efetivo de mais de 1.200 homens, computando os oficiais de estado-maior da Força da ONU.

Nos últimos anos, além do envio dos contingentes, militares brasileiros vêm prestando relevantes serviços à ONU como observadores e oficiais de estado-maior na África, na América Central, na Europa e na Ásia, e OEA, como supervisores de desminagem nas missões da América Central e da América do Sul.

No ano de 2004, o Brasil ocupava a 53ª posição no ranking dos países contribuidores de tropas, oficiais de estado-maior da Força da ONU, observadores militares e policiais. Com a participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), em 2005, encontra-se na 18ª posição, e sua participação vem trazendo crescente prestígio para a política externa e o Exército, aumentando a projeção do País no cenário internacional.

A EXPERIÊNCIA NO PREPARO DA TROPA

O preparo da tropa designada para integrar uma força de paz, seja em missões individuais (observadores militares, oficiais de ligação ou estado-maior da missão), seja como parte de um contingente, começa com a própria estrutura de preparo da Força Terrestre, durante o ano de instrução, e em diversos exercícios operacionais.

Essa preparação é complementada com módulos de treinamento padronizados pela ONU e por instruções técnicas e táticas específicas, baseadas no Mandato da Missão – decorrente da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas – e nas regras de engajamento que derivam desse Mandato. Todo o processo também é orientado por diretrizes emitidas pelo Comando do Exército, relativas a missões de paz, e envolve um grande número de órgãos da Força Terrestre.

A metodologia do preparo está em constante evolução, agregando experiências derivadas de lições aprendidas, que são colhidas ao longo do tempo; e da superação de óbices inerentes à própria missão, sejam de caráter operacional, logístico ou ambiental.

Em face da crescente mobilização internacional dos Estados-Membros no sentido de criar estruturas que possibilitem a prática e a disseminação dos procedimentos e normas vigentes nas missões de paz, o Exército Brasileiro criou, por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 90, de 23 de fevereiro de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), com as seguintes missões: participar da preparação de contingentes; preparar militares para missões de caráter individual; contribuir para a pesquisa e doutrina; planejar e conduzir cursos e estágios; cooperar com os estabelecimentos de ensino; participar da avaliação de militares e tropas; preparar militares designados para cursos; e cooperar com as demais Forças Armadas e Forças Auxiliares a fim de que todos os elementos envolvidos possam bem representar o Brasil nas missões para as quais forem designados.



Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz) – Rio de Janeiro-RJ

PAÍSES CONTRIBUIDORES EM MISSÕES DE PAZ (ABR 2008)

1. Paquistão	10.597	14. Etiópia	1.846
2. Bangladesh	9.045	15. África do Sul	1.792
3. Índia	8.998	16. Marrocos	1.560
4. Nigéria	5.271	17. Benin	1.332
5. Nepal	3.669	18. Brasil	1.279
6. Gana	3.240	19. Espanha	1.248
7. Jordânia	3.079		
8. Ruanda	3.006	25. Argentina	931
9. Itália	2.871		
10. Uruguai	2.605	33. Chile	519
11. Senegal	2.547		
12. China	1.981	35. Bolívia	444
13. França	1.952		

FUTURO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE PAZ

A atual ordem mundial sinaliza que as missões de paz continuarão sendo instrumentos bastante úteis na solução de controvérsias regionais.

Com o objetivo de identificar oportunidades de emprego de forças de paz do Exército, são feitos, em caráter permanente, estudos e análises de conveniência. É clara a percepção de que o balanço entre essa atividade e as missões constitucionais afetas à Instituição deve ser um aspecto de grande peso a ser considerado no processo decisório. Nesse sentido, o Exército continuará disposto a integrar composições de forças de segurança sob a égide de organismos internacionais, desde que resguardados os interesses do Estado brasileiro. (

Maiores informações: www.minustah.org (site em francês)

Os Fortes de Pernambuco

No início da colonização brasileira, vários piratas, corsários e aventureiros europeus visitavam as regiões costeiras do Brasil à procura de riquezas nativas, como pau-brasil, algodão, animais selvagens e, posteriormente, caixas de açúcar, produzidas principalmente nos engenhos das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá.

As feitorias necessitavam serem fortificadas e as casas fortes, construídas para defender a terra do assédio estrangeiro e das muitas tribos guerreiras que povoavam o "Novo Mundo", mostraram-se ineficazes. Surgiram então vários fortes, levantados em locais estratégicos para a defesa das vilas e das barras dos principais rios, em que pese a carência de engenheiros, mestres, pedreiros e material adequado.

Em Pernambuco, por conta da longa ocupação holandesa, em meados do Século XVII, os fortes até então existentes tiveram suas bandeiras e nomes substituídos sob

o atroz assédio das companhias de emboscadas luso-brasileiras comandadas por **Matias de Albuquerque, Vidal de Negreiros, Barreto de Menezes, Henrique Dias, Felipe Camarão** e outros heróis, que escreveram com sangue a história da Restauração Pernambucana e do nascimento da Pátria.

Das mais de 40 fortalezas erguidas em Pernambuco, poucas resistiram ao tempo e permanecem erguidas e conservadas, graças à ingerência dos Poderes Federal, Estadual ou Municipal. É o caso do Forte de São João Batista do Brum, também conhecido como Forte do Brum, Forte Bruyne ou Forte Diogo Paes.

FORTE DE SÃO JOÃO BATISTA DO BRUM - FORTE DO BRUM

A edificação está localizada na extremidade nordeste da antiga Vila do Recife, na região portuária, e sua construção teve início em 1629, quando recebeu o nome de Forte Diogo Paes; porém não chegou a ser concluída devido à invasão holandesa, em 1630.

Os holandeses aproveitaram seus alicerces para construir, sob os cuidados do engenheiro *Commersteijn*, um novo forte que auxiliasse, com seus dois meios bastiões de leste, constantemente açoitados pelo mar, na defesa do porto do Recife e, com seus dois bastiões de oeste, o acesso ao rio Beberibe, rebatizando-o de Forte Bruyne, em homenagem a *Johan Bruyne*, Presidente do Conselho de cinco comissários que governaram o Brasil Holandês.

Após a Restauração, em 1654, o forte retornou às mãos luso-brasileiras e, confirmando sua importância estratégica, foi reintegrado ao sistema de defesa da costa, sofrendo diversas reformas ao longo dos anos. Abrigou a 2ª Companhia do 4º Batalhão de Posição, da Bahia, por



ocasião da Primeira Guerra Mundial, e a 21ª Circunscrição do Serviço Militar, na segunda metade do Século XX.

O Forte do Brum, atualmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encontra-se sob a administração do Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército, "Região Matias de Albuquerque", e abriga um Museu Histórico Militar, cujo acervo é composto por armamento antigo e peças arqueológicas encontradas nas diversas escavações praticadas pela Universidade Federal de Pernambuco a partir de 1985.

FORTE DAS CINCO PONTAS

Também no centro do Recife, em plena área comercial da Ilha de Antônio Vaz, ou Santo Antônio, e no limite sul da outrora cidade Maurícia, está situado o Forte das Cinco Pontas. Historicamente denominado Forte Frederick-Henrich, foi erguido em 1630, a mando do Comandante das Forças de Terra holandesas Theodoro Waerdenburch.

A denominação "Forte das Cinco Pontas" deve-se ao seu formato original poligonal, com cinco baluartes nas extremidades. Porém, a 23 de janeiro de 1654, foi tomado pelas forças de **André Vidal de Negreiros** e, reconstruído, perdeu um de seus bastiões, passando à sua atual forma quadrangular.

O Forte de São Tiago das Cinco Pontas foi palco de alguns dos episódios mais significativos da História Pernambucana, como o enforcamento dos líderes da Confederação do Equador e o fuzilamento do **Frei Caneca**, em 1825.

Tombado pelo IPHAN, atualmente encontra-se sob administração municipal, abrigando o Museu da Cidade

do Recife, cujo acervo reúne gravuras antigas de Pernambuco e exemplares de louças portuguesas, além dos famosos calabouços, onde se podem conferir as antigas celas com grades de ferro.

FORTE DE SÃO FRANCISCO

Ao norte do Recife, às margens da urbana Praia de São Francisco, encontra-se o Forte de São Francisco ou Forte do Queijo, construído entre 1620 e 1626, por ordem de **Matias de Albuquerque**, Governador da Capitania, para melhor organizar a defesa da Vila de Olinda.

Em 1630, os holandeses reconstruíram a pequena e rudimentar edificação portuguesa, artilhando-a com apenas duas peças de bronze. No governo de **Caetano Pinto de Miranda Montenegro**, no início do Século XIX, foi reconstruído em alvenaria, o que lhe valeu a denominação de Forte Montenegro.

Em 1984, o Forte de São Francisco foi inscrito como Monumento Nacional e tombado pelo IPHAN, sendo atualmente alvo de restauração pela Prefeitura de Olinda.

FORTE DE PAU AMARELO

Cerca de 16 quilômetros ao norte de Olinda, localiza-se o Forte de Pau Amarelo, na enseada de mesmo nome. Tendo-se originado de uma bateria que, lá instalada por **Matias de Albuquerque** entre 1620 e 1626, não participou da defesa contra o desembarque holandês, em 1630, porque estava abandonada e desarmada.

Em 1703, uma carta régia ordenou a construção do forte. As obras tiveram início em 1729 e sofreram várias interrupções, nunca tendo sido concluídas na íntegra, embora o forte estivesse ocupado desde 1745.



Forte Cinco Pontas



Novamente abandonado e desarmado, o local deteriorou-se ao longo do Século XX, tendo sido restaurado pelo IPHAN, em parceria com o Exército Brasileiro, em 1973, e hoje é administrado pela prefeitura de Paulista (PE), sendo aberto à visitação.

FORTE ORANGE

Mais ao norte, ao sul da ilha de Itamaracá e protegendo a entrada da barra dos Marcos, local onde, em 1516, o português **Cristóvão Jacques**, a mando real, ergueu “uma casa de minha feitoria”, os holandeses construíram, em 1631, sob o comando de *Steyn Callenfels*, o Forte de Orange, batizado assim em homenagem à Casa de Orange, do Reino dos Países Baixos.

Tal fortificação permitiu-lhes o ataque à Itamaracá, o domínio do porto de Pernambuco e o acesso às vilas de Igarassu (Pernambuco) e Conceição (*Schkoppe* ou Itamaracá).

Em 1640, o Forte serviu de prisão aos frades portugueses, contrários ao calvinismo, religião adotada pelos holandeses e, tendo passado às mãos portuguesas após 1654, recebeu a nova e quase não conhecida denominação de Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, ainda sendo reportado por todos como Forte Orange.

Reformado em 1696 e 1777, continuou a ser utilizado para defesa do território devido à sua estratégica localização, sendo ocupado pelo **Padre Tenório** em 1817, durante a Revolução Pernambucana.

Em 1980, o forte encontrava-se abandonado, sendo então cuidado e mantido pelo artesão e ex-presidiário **José Amaro**, com receita gerada pela venda de trabalhos artesanais, seus e de outros presidiários e ex-presidiários

da Penitenciária Agrícola da Ilha de Itamaracá.

Atualmente, encontra-se sob administração da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), registrando intensa visitação de turistas de todas as partes do mundo.

FORTE CASTELO DO MAR OU FORTE DE NAZARÉ

O litoral sul também abriga algumas das mais importantes fortificações erguidas no Estado. No município do Cabo de Santo Agostinho, cerca de 30 km do centro do Recife, repousam as ruínas do Forte Castelo do Mar ou Forte de Nazaré. A fortaleza foi erguida pelo português Conde de Bagnuolo em 1630, no Pontal do Cabo, sobre um paredão rochoso que domina a entrada do porto de Suape, antigo porto de Nazaré, e os estuários dos rios Ipojuca e Massangana.

Tendo resistido com bravura aos ataques dos holandeses, em 1634 e 1635, foi finalmente conquistado pelos invasores, passando a se denominar *Walter Kastell* (Castelo do Mar), nome que permanece até hoje, sendo o 14º Batalhão Logístico, com sede no Recife, o guardião de suas ruínas.

FORTE DE TAMANDARÉ

Na praia de Tamandaré, estão os vestígios das muralhas do Forte de Santo Inácio, ou Fortaleza da Barra Grande, ou simplesmente, Forte de Tamandaré, localizado na via de acesso à praia. O Forte foi erguido em 1645 por **João Fernandes Vieira**, no formato quadrangular, com baluartes nas extremidades, visando à defesa do porto, que permitia atracação de navios de grande calado.



Forte do Queijo

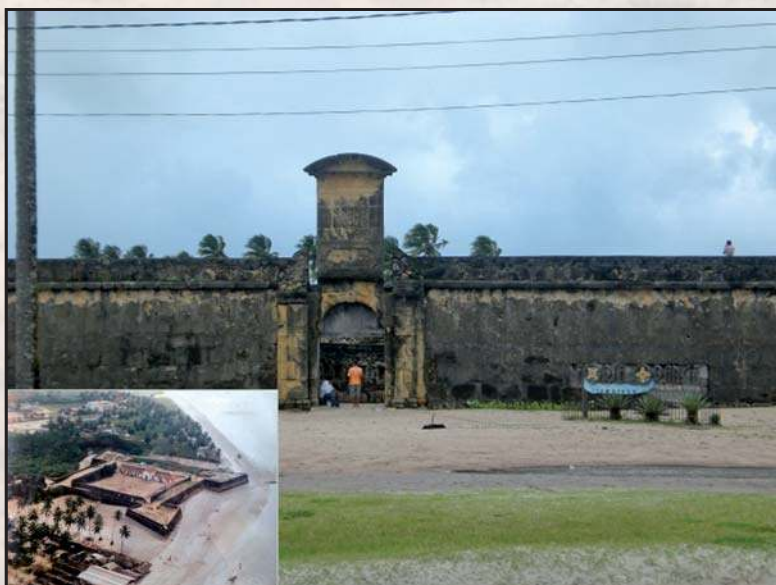
Forte de Pau Amarelo



Forte de Tamandaré



Forte Castelo do Mar



Forte de Itamaracá (Forte Orange)

A fortaleza foi brevemente ocupada pelos batavos e recuperada logo em seguida, sendo reerguida em 1677 e reformada diversas vezes até 1880, quando foi considerada fortificação de 2ª classe e teve suas peças de artilharia reduzidas.

Atualmente o Forte, que não é tombado, encontra-se sob administração municipal e abriga o Farol de Tamandaré, aberto à visitação.

OUTRAS FORTIFICAÇÕES

Além das fortificações mencionadas nesta matéria, o Estado de Pernambuco registra cerca de outras trinta fortificações, das quais restam apenas ruínas ou simples registros históricos ou arqueológicos.

Muitas delas estão, inclusive, em áreas que respiram história, como o Forte Madame Bruyne (Forte de Santo Antônio do Buraco ou Forte do Buraco – 1630), cujas ruínas estão cobertas por vegetação de mangue, predominante no istmo que liga Recife a Olinda, próximo ou sobre o local onde se erguia o Forte de São Jorge (Velho).

Pode-se citar, ainda, o Forte de São Francisco da Barra (1590 – Forte do Mar ou Forte do Picão), o Forte de São Jorge Novo, hoje ocupado pelas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, bem como o Forte de Santo Amaro das Salinas, que atualmente abriga a Igreja de Santo Amaro das Salinas; o Forte Tapado (1630), a 5 km de Olinda; o Forte de São Tiago, às margens do Rio Beberibe; o Forte Ernesto (1630), na Ilha de Antônio Vaz, atual bairro de Santo Antônio; a Casa Forte de Dona Ana Paes (1630); o Forte do Arraial do Bom Jesus (1630), atual Sítio da Trindade, espaço de manifestações culturais da cidade; o Forte do Arraial Novo do Bom Jesus (1645), cujas ruínas viram uma praça crescer em volta; além do Forte Willem (1638 – Forte da Boa Viagem, Forte da Barreta e Torre da Boa Viagem) e o Forte da Conceição (1737), ambos no bairro de Afogados; e o Forte de Santa Cruz (1582, Guarita de João Albuquerque), local onde hoje é erguido o Mosteiro de São Bento, em Olinda. (

Fotos:

- Forte de São Francisco (Forte do Queijo) – Ten Márcia

- Fortes: Brum, Cinco Pontas, Tamandaré, Orange, Pau Amarelo e Castelo do Mar – Sgt Flávio

Amazônia: conhecendo o Brasil!

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea/UFRJ

Nos dias 11 a 16 de junho de 2008, sob convite do Comando Militar da Amazônia (CMA), visitei algumas organizações militares brasileiras na Amazônia. A experiência destes dias na grande fronteira do Brasil foi inesquecível. Não se tratava de uma primeira visita. Em verdade, desde 1976 trabalho e atuo na Amazônia – ora junto à Funai, ora junto às universidades na região. De qualquer forma, todas as visitas à Amazônia são únicas. Graças ao seu imenso território (e vamos poupar todos nós dos dados já fartamente conhecidos) há sempre muita coisa nova, desconhecida e inusitada – ao menos para nós “sulistas” – na imensa Hiléia.

Desta feita, a novidade foi a ação das Forças Armadas (FFAA) brasileiras na região. É verdadeiramente incrível que um grupo de brasileiros – na verdade cerca de 26 mil homens e mulheres – trabalhem e lutem na Amazônia hoje e isso seja tão pouco conhecido pelo resto do país. Ao visitarmos as diversas instalações do CMA (e também da Marinha, como a Capitania Fluvial de Tabatinga) é que percebemos as imensas tarefas (isso mesmo, no plural!) das Forças Armadas na região.

Claro, a função precípua da instituição é a defesa da soberania nacional, da inviolabilidade das fronteiras e da manutenção da ordem na imensa faixa de fronteira de cerca de 12 mil quilômetros, limítrofe com oito países.

Simples? Nada simples, bem ao contrário. De fato não temos hipóteses de guerra a serem consideradas com qualquer vizinho da Região Amazônica (e de resto, com ninguém no mundo!). E, em verdade, nas condições atuais o poder brasileiro é superior (potencialmente, em capacidade de desdobramento e de acumulação) do que dos vizinhos. Na maioria das vezes o risco existente em tais fronteiras é o mesmo risco para todos os países amazônicos nossos vizinhos. Na Amazônia nossa tarefa de garantir as instituições é comum a todos os países da região.

Numa ordem mundial marcada pela globalização (a generalização das novas tecnologias digitais), pela incerteza e a ampliação dos riscos, a tarefa de garantir a

Comitiva antes do embarque em Brasília-DF





Dragas clandestinas apreendidas em operação do CMA, Tabatinga (AM)

segurança e a soberania também é uma tarefa polimorfa, de imensa amplitude e de grandes dificuldades.

Entre as chamadas “novas ameaças”, típicas da nova ordem globalizada, grande parte delas aplica-se à região amazônica. Assim, o crime organizado, de caráter transfronteiriço, com suas manifestações no tráfico de drogas, armas, da biodiversidade, de recursos minerais, etc., é uma constante. Com tamanha extensão de fronteiras a necessidade de controle é vital. Evitar a ampliação e enraizamento do crime organizado é a tarefa central. Assim, a atuação das FFAA promove grande impacto positivo sobre todo o país.

Do trabalho de homens e mulheres, sob a bandeira, na região amazônica depende claramente a tranquilidade de milhões de pessoas em cidades como São Paulo, Rio, Recife ou Brasília. A Amazônia, embora seja primordialmente uma tarefa dos amazônidas, não é uma “ilha” separada do Brasil. O que lá se passa ecoa, política e socialmente, no coração das grandes cidades brasileiras.

Mas, como se essa imensa tarefa não fosse por si só suficiente, as Forças Armadas desenvolvem outras atividades vitais para a região.

Poderíamos falar na manutenção dos contatos e comunicações entre regiões tão distantes (embora dentro do mesmo estado da federação) quanto Lisboa de Bruxelas. Sem os aviões, helicópteros e barcos do Exército, Marinha e Aeronáutica ainda teríamos uma escala de tempo comparável com aquela da viagem de **Pedro Teixeira** no Século XVII. Contudo, creio que tudo isso é sabido (ou, ao menos deveria ser...).

Gostaria de destacar aqui o papel de intervenção social e educação mantido pelo Exército na Amazônia.

Um exemplo, mas apenas um entre inúmeros exemplos possíveis, é a ação do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Ipiranga, na Amazônia Ocidental, na extrema fronteira ocidental do Brasil. Lá, um tenente de 28 anos, mantém em pleno funcionamento o sistema

de alerta prévio de fronteira, com tropas treinadas e exercitadas. Contudo, em meio a tudo isso, há tempo para uma larga intervenção social. Esta se dá, particularmente, no tratamento da água. Embora a Amazônia seja uma “selva aquática”, o consumo humano deste bem é problemático. Graças à temperatura elevada, ausência de tratamento e hábitos antigos arraigados (sistema de despejos), grande parte dos rios da Amazônia já estão contaminados. Coube ao PEF local iniciar um amplo sistema de purificação de água, tratamento e inclusive de pequenas, baratas e práticas unidades de captação de água da chuva, para consumo humano. Da mesma forma, o ambulatório do PEF Ipiranga é o único centro de tratamento e prevenção de endemias tropicais na região, tais como malária e febre amarela.

O PEF de Ipiranga, como todo o CMA, trabalha intimamente com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), mesmo usando recursos próprios e indo além de suas possibilidades.

Da mesma forma, a esposa do tenente e as esposas dos seus sargentos auxiliares, desdobram-se (numa atividade social voluntária, de caráter inteiramente solidário) na ajuda às mulheres da região, intervindo nas atividades de casa, de educação e de saúde. A escola local é beneficiada por este voluntariado, solidário e permanente.

A relação fraterna entre o PEF e a comunidade local se expressa, claramente, nos sorrisos francos, abertos, das crianças que foram nos receber na precária pista de pouso local. Além disso, tais sorrisos retratavam a diversidade local: eram crianças de etnia indígena, cientes de seu passado heróico, da manutenção de sua história e de sua herança cultural.

Nada há no trabalho das Forças Armadas da região em direção à imposição de um culto, de uma seita ou de uma visão de mundo unilateral e trazida de fora da região. Nada há que abale ou anule a herança cultural e histórica dos heróicos povos nativos. Bem ao contrário. A



O notável caráter pluriétnico da escola em Ipiranga, Amazonas

valorização dos símbolos, nomes, lendas e história indígenas realirma aos olhos da população local e nacional a relevância da porção indígena da nação brasileira.

E isso se faz trazendo a possibilidade de todos, todos mesmos, terem acesso – voluntário, conforme suas escolhas – aos direitos inerentes à cidadania brasileira. Educação republicana, laica e plural; saúde; trabalho. Com estes pontos de partida igualitários e republicanos, todos os brasileiros – índios, negros, brancos, mestiços de todos os tipos – poderão escolher conscientemente a forma de sua inserção, e de seus limites, na grande sociedade envolvente.

A única forma perversa de inclusão é tornar alguns brasileiros vítimas marginais do desenvolvimento em nome de uma pretensa pureza cultural. Os exemplos de participação de grupos nativos no Canadá ou Estados Unidos, utilizando-se inclusive dos mecanismos de educação, pesquisa e de comunicação da sociedade envolvente para aprofundar o renascimento das culturais originais, deveria ser melhor examinado. Talvez fosse útil àqueles, que sem consulta aos interessados, insistem manter vastas populações vivendo ainda no Neolítico. Conviver democraticamente, numa república que garanta os direitos comuns inerentes à dignidade humana é um grande desafio.

Este é uma noção muito nova decorrente de nossa visita àquela região: a soberania é garantida não apenas pela presença de tropas. A soberania é resultado da presença constante do Estado e da sociedade nacional na resolução das demandas sociais existentes. Quando tais demandas – feitas diretamente às diversas agências do Estado – não são respondidas, a soberania é colocada em risco.

Um outro exemplo, relevante, da atuação do Exército na região é o combate ao desmatamento e à destruição da floresta. Particularmente o garimpo clandestino, com imensas e possantes dragas, acarreta a profunda destruição do meio-ambiente. Operações constantes das FFAA procuram afastar estes “devoradores” da selva dos seus alvos.

Berta Becker, a especialista em Amazônia da UFRJ, afirma constantemente que a Amazônia é uma “floresta urbana”. Com isso **Berta** quer dizer que as demandas hoje existentes, dos seus mais de 12 milhões de brasileiros residentes, são típicas de uma população urbana. Sanitarismo, habitação, emprego, educação, saúde. Desconhecer esta agenda e imaginar a região sob uma redoma como se fosse uma “disneyworld” do Neolítico para gringos verem é uma afronta aos brasileiros, de origens pluriétnicas, que lá vivem.

Os amazônidas, de variadas origens, possuem o direito a escolher, livremente, seu projeto de futuro para a região. Não podemos imaginar que, por serem os verdadeiros

habitantes da região, devam conformar-se com um padrão de vida inferior ao da população de São Paulo (ou Nova York ou Paris). A região, por exemplo, precisa de energia – rádio e TV, o jogo de futebol do domingo, o jornal nacional, ou mesmo a novela e o “Faustão” são elementos centrais de composição do imaginário de “ser brasileiro”. Sem energia elétrica não haverá desenvolvimento na Amazônia e sem desenvolvimento a soberania estará em risco. Daí a relevância do aproveitamento hídrico local, a partir de uma nova tecnologia, permanentemente monitorada e controlada para evitar danos ambientais.

Cabe, contudo, diversos cuidados no simples viver na floresta. A pior, a mais irracional relação com a região, é queimar a selva. A floresta amazônica é rica demais para ser destruída, é importante demais, é diversa demais para ser pensada em termos lucros mercadológicos imediatos. É preciso rever e aprofundar as condições de desenvolvimento regional, buscar as vocações típicas da região.

A indústria eletrônica, a indústria de cosméticos (utilizando-se da riqueza de materiais típicos da região), os viveiros de peixes e de demais elementos da fauna, a agricultura sustentável – castanhas, frutas, tubérculos e tudo o mais que precisa da selva como bioma, são vocações fundamentais para a geração de emprego e renda na região. O arroz extensivo, o gado solto e a indústria madeireira extrativa são estranhos à região, predatórios e intrusivos.

As Forças Armadas, em face de sua profunda inserção na região, sabem disso. Soldados e oficiais – numa mistura fantástica de tipos físicos e étnicos – travam contato direto e diário com os saberes tradicionais, as manhas e nuances do clima e da terra. Cabe, por isso mesmo, dar ao verde-oliva o seu sentido mais profundo: a tropa de preservação e de desenvolvimento da Amazônia. (

“Nada há, no trabalho das Forças Armadas na Região Amazônica, que abale ou anule a herança cultural e histórica dos heróicos povos nativos”



Quem é índio? Como definir isso por critérios apenas abstratos?

Personagem da Nossa História

Centenário do Tenente-Coronel **Luiz Cruls**
– Patrono da 11ª Região Militar



Louis Ferdinand Cruls nasceu em Diest, província de Brabante, na Bélgica, em 21 de janeiro de 1848. Era filho do engenheiro civil **Philippe Augustin Guillaume Cruls** e de **Anne Elizabeth Jorens**. Entrou para a Escola de Engenharia Civil da Universidade de Gand, que frequentou de 1863 a 1868. Em 1872, foi admitido no Exército como Aspirante de engenharia militar.

Em 1874, pediu demissão do Exército com o objetivo de visitar o Brasil, por espírito de curiosidade, influenciado por brasileiros que, à época, estudavam na Bélgica. Durante a viagem, conheceu **Joaquim Nabuco**, que o introduziu na sociedade carioca. Tanto que, em pouco tempo, foi recebido pelo Imperador D. **Pedro II** que, graças à sua formação bélica, o nomeou Major honorário para a Escola Militar do Brasil.

No ano de 1878, **Cruls** foi, simultaneamente às atividades que exercia no Magistério Militar, nomeado primeiro astrônomo do Observatório Astronômico.

Em junho de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil foi instituída pelo Presidente **Floriano Peixoto**. Contou com o suporte logístico do Exército Brasileiro, que escolheu para chefia-la o astrônomo – agora naturalizado brasileiro – Tenente-Coronel **Luiz Cruls**, à época professor da Escola Superior Militar e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, atual Observatório Nacional.

A Comissão – composta por 22 homens, escolhidos entre servidores do Observatório Astronômico e engenheiros militares, mais cerca de 10 toneladas de material e equipamentos – partiu, em 9 de junho de 1892, de trem, do Rio de Janeiro até Uberaba (MG), onde terminava a estrada de ferro da Companhia Mogiana.

A partir deste ponto, os membros da Comissão seguiram em lombo de burro até o Planalto Central, em Pirinópolis (GO). Os 206 caixotes e fardos carregados guardavam, além de barracas, armas e mantimentos, uma grande quantidade de instrumentos científicos e uma pequena

oficina de aparelhos mecânicos para concerto dos instrumentos. Em Pirinópolis, **Cruls** dividiu o pessoal em duas turmas, com o objetivo de explorar o Planalto por dois caminhos diferentes, até as colunas se encontrarem em Formosa (GO).

Luiz Cruls chefiou também a Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895). Nessa oportunidade, a equipe demarcou um quadrilátero de 14.400 km² no Planalto Central do Brasil. Dentro da área maior, Cruls delimitou um quadrado de 100 km reservado ao Distrito Federal.

Homem entusiasta e esperançoso, escreveu o seguinte sobre a futura capital: “Tenho a mais absoluta convicção de que a mudança da capital, a par dos interesses políticos que a ela se prendem, resultará para o Brasil, sua prosperidade e desenvolvimento futuro, as mais benéficas consequências”.

Ao final de sua obra “Limites entre o Brasil e a Bolívia” (1903), **Luiz Cruls** ficou tão doente que foi impedido de trabalhar. O governo concedeu várias licenças para que ele cuidasse de sua saúde, mas ele nunca a recuperou inteiramente.

Em 27 de janeiro de 1908, em companhia da família, seguiu para a Europa à procura de uma cura para a malária.

Luiz Cruls faleceu em 21 de junho de 1908, na sua residência em Paris, de onde veio embalsamado para ser sepultado no carneiro 1135 do cemitério São João Batista, no dia 10 de agosto.

Em reconhecimento aos seus feitos, como justa homenagem, foi concedida à 11ª Região Militar, por intermédio da Portaria nº 674, do Comandante do Exército, de 15 de dezembro de 1999, a denominação histórica de “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls”.

Fonte: “LUIZ CRULS - O homem que marcou o lugar”
Ronaldo Rogério de Freitas Mourão.

Maiores informações: www.11rm.eb.mil.br

PORQUE O FUTURO É PARA TODOS



Tranquilidade é saber exatamente
o que o futuro lhe reserva.

Contrate um seguro
para a sua vida.

Conheça mais sobre a CAPEMISA.
Acesse www.capemisa.com.br ou
Ligue 0800 723 3030


CAPEMISA
VIDA E PREVIDÊNCIA

**Distribuição da Revista infantil Recrutinha
na 3ª Divisão de Exército (Santa Maria-RS)**

